

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

WAGNER ALVES ARAÚJO

BRASIL: NUNCA MAIS. A TORTURA NO REGIME MILITAR

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof. Dr. André Fabiano Voigt.

4086 509 (C)
T.C

Uberlândia, Fevereiro de 2011.

WAGNER ALVES ARAÚJO

BRASIL: NUNCA MAIS. A TORTURA NO REGIME MILITAR

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Fabiano Voigt – Orientador

Prof. Dr. Leandro José Nunes

Prof. Deny Ferreira Carneiro

À minha família (Evani, Osmar e Evilson) e amigos, com todo carinho e dedicação. Muito obrigado por me ajudarem até aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de iniciar com um grande agradecimento a **Deus**.

À minha família: **Evani**, minha querida mãe, uma das pessoas mais especiais da minha vida, que sempre lutou para que eu tivesse o melhor na vida; **Osmar**, meu pai, é o meu grande incentivador nas mais duras batalhas de minha vida até hoje, também faz parte das pessoas mais especiais de minha vida; **Evilson**, meu irmão, modelo de ser humano que tenho como exemplo.

Gostaria de estender também agradecimentos especiais aos meus amigos mais especiais: **Anazia Aparecida de Carvalho**, mesmo distante é especial pra mim; **Jonnathan Monteiro Margoliner**, verdadeiro amigo que muito me ajudou até aqui; **Felipe Ribeiro**, amigo de grande discussões históricas, ajudou muito em meu crescimento; Jamais serão esquecidos, cada qual à sua maneira.

Agradecimento especial à **Ana Luiza Januário Cruz**, pelo carinho, amizade, dedicação, atenção e amor voltados a minha pessoa, foi minha grande fonte de inspiração.

Aos colegas da **36ª Turma de Graduação do Curso de História Noturno da UFU**, pela amizade, companheirismo, convivência, aprendizado e diversão.

Ao meu orientador, **Prof. Dr. André Fabiano Voigt**, por todos os ensinamentos e atenção destinada a esta monografia.

Minha lembrança indispensável ao *M.A.E. (Movimento de Assistência Estudantil)*, representados por **Wilson Sérgio Pereira** e **Luiz Fernando Alcântara**; e ao *Raízes Pré-Vestibular Alternativo*, representados por **Leni Barbosa**, **Pedro Barbosa** e **Fernando Lima**, pelas oportunidades profissionais concedidas enquanto professor de História, Sociologia e Filosofia durante a graduação.

A todos dedico a minha mais **eterna gratidão**.

*“Os povos que não podem ou não
querem confrontar-se com o seu
passado histórico estão condenados a
repeti-lo”.*

(Dom Paulo Evaristo Arns)

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a realizar uma abordagem sobre o período da ditadura militar brasileira (1964-1985), buscando analisar a queda do Governo de João Goulart, as idéias de Revolução ou Golpe por parte dos militares, e a consolidação do autoritarismo do regime, de forma a se configurar na cruel prática de tortura, muito comum nesse período, pautado na defesa do país contra a ameaça comunista em um período de Guerra Fria que centralizava as atenções. A atenção maior será destinada no livro, “Brasil: Nunca mais”, movimento que retratou grande parte dos episódios de torturas a que hoje se tem acesso. O movimento em sua clandestinidade conseguiu atingir a ditadura de uma forma que não havia negativas do acontecimento, pois os militares produziram os relatórios usado no livro.

Analisa-se estudantes que sofrem perseguições e relata-se também várias práticas de torturas contra o cidadão comum.

Concluimos que, um passado marcante como o do Brasil precisa ser revisto e analisado, pois as discussões sobre anistia para torturadores ainda levanta muitas discussões.

Summary

This paper proposes an approach to performing on the period of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), trying to analyze the fall of the government of João Goulart, the ideas of Revolution or Coup by the military, and the consolidation of the authoritarian regime in order to configure the cruel practice of torture is very common in this period, based on defending the country against the communist threat in a Cold War age that centered attention. The increased attention will be devoted in the book, "Brasil: nunca mais", a movement that portrayed many of the episodes of torture to which today has access. The movement, in its clandestine dictatorship, has achieved in a way that there was no negative event, as the military produced the reports used in the book.

Analyses students who suffer persecution and also reports several practices of torture against ordinary citizens.

We conclude that a past marked as Brasil needs to be reviewed and analyzed, because the discussions about amnesty for torturers still raises many discussions.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1	10
1.1 Prenúncio do Regime Militar	10
1.2 ‘Revolução’ ou ‘Golpe’ de 1964?	17
1.3 A Igreja antes e depois do Golpe de 64	24
Capítulo 2	29
2.1 Articulando a Repressão	29
2.2 Endurecimento do Regime Militar e o projeto “Brasil: Nunca Mais”	34
2.3 Torturas Escancaradas: A vergonha do nosso regime militar	39
Epílogo: O projeto “Brasil Nunca mais” ontem e hoje	61
Considerações Finais	65
Referência Bibliográfica	69

INTRODUÇÃO

O ano de 1964 representa uma grande marca na história do nosso país, pois muitas coisas acontecem nessa data e marcam o Brasil até os dias atuais, pois no dia 01 de abril do presente ano, os militares assumem o poder ao derrubarem o Governo de João Goulart.

A Renúncia de Jânio Quadros representou a possibilidade de mudança da ordem no Brasil, uma vez que João Goulart assumiu o poder após sofrer com o parlamentarismo que resultava no receio dos militares de que ele coloca-se o país nos trilhos da linhagem comunista em uma época no qual a Guerra Fria imperava e criava crises entre o capitalismo x socialismo.

O receio da classe média com o Governo Goulart teve reflexos causando grande instabilidade e, conseqüentemente, a derrubada do Presidente, os militares assumiram a postura de salvadores da pátria brasileira e organizaram o movimento que derrubaria Jango e instituiu um sistema que durou 21 anos e provocou muitas mudanças na ordem do país.

Segundo a afirmação do sociólogo Herbert José de Souza, sobre o acontecimento de 1964 a seguinte afirmação foi realizada:

...em 64 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional. (...) Os personagens que pareciam fazer parte da história natural brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos ou mortos. E em seu lugar surgiram outros, que eu nunca sequer percebera existir. Atores bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereceriam ser notados. De repente, eles eram mais do que donos do poder, eram donos da realidade! Ai me veio a percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. (...) Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política de um período histórico da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos. (...) Não se matam somente as pessoas, também se matam os países, os processos históricos.¹

Pode-se perceber que o acontecido no Brasil durante esse período, de 1964-1985, marcou a sociedade brasileira.

Com a derrubada de Goulart, os militares instituíram formas de legitimar o seu poder através dos conhecidos Atos Institucionais (Ais), e acabaram por se colocaram

¹ BARROS, Edgard Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1992 Pp.13.

acima das leis, amarrando o sistema político do Brasil, colocando na mão dos militares todo o poder.

Entre uma das discussões abordada nesse trabalho está a de analisar que o movimento de 1964 foi defendido como Revolução por membros militares e parte da classe média e Igreja em um momento inicial. E também foi entendida como um golpe por parte de estudantes, trabalhadores, camada menos favorecida, entre outros, mas o que tivemos no Brasil, Revolução ou golpe?

As práticas de repressão, censuras e torturas que foi desenvolvida pelos militares durante esse regime, acabou por colocar grupos em oposição a esse mesmo regime.

A ala mais conservadora da Igreja Católica se colocou favoráveis ao golpe, mas surgiu a ala voltada ao comunismo que buscou retratar os acontecimentos que o regime instaurou no país, tal como os casos de torturas que foram denunciados pela Igreja, e mesmo oferecendo abrigo para aqueles que se refugiaram da repressão.

Mesmo os militares opositores a radicalização do regime acabaram sendo vítimas dos repressores, muitos foram caçados e torturados por não compactuarem com as idéias repressivas.

A oposição existente nos meios políticos, através do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), realizava uma oposição que em nada poderia atacar o regime implantado no país, seria uma oposição que deveria lutar por cargos políticos, mas sem a possibilidade de utilizar os meios de comunicação a seu favor. Entre as formas de impedir a força da oposição, temos a decretação de suspensão dos direitos políticos de qualquer um que fosse opositor ao regime instaurado, tanto é que pessoas favoráveis ao golpe e que imaginavam se beneficiar dele, acabaram enfrentando a desconfiança e a perda de mandatos, tal como foi o caso de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que apoiou a chegada dos militares ao poder se imaginando capaz de concorrer as novas eleições presidenciais, entretanto, ele acabou tendo seus direitos políticos cassados e foi impedido de disputar as eleições.

A temática central deste trabalho se pressupõe a destacar, de forma descritivas, variadas práticas de torturas durante o regime militar brasileiro, visto que esse acontecimento marcou a vida de muitos cidadãos que tiveram seus direitos cassados e muitos acabaram sendo obrigados ao exílio do país, enquanto a grande maioria a população sofria as arbitrariedades do regime.

Os estudantes foram colocados como um dos grupos preferidos pela repressão dos militares, a ponto se de criarem regras de ensinos que visassem impedir o

conhecimento sobre aquilo que acontecia no Brasil e mesmo a existência de ainda mais manifestações do que as já existentes no país, dessa forma, os militares fecharam o cerco e arbitrariamente atacaram o meio estudantil:

Em nenhum momento da história do Brasil os governantes foram tão explícitos na sua violência contra a intelectualidade como no período de 1986 a 1969. Implantando uma estratégia para deformar a história e doutrinar os estudantes com os “melhores valores do patriotismo e da nacionalidade”, o governo criou os cursos de Educação Moral e Cívica, que todos os alunos seriam obrigados a cursar anualmente. História passou a ser uma disciplina maldita, a ser cuidadosamente vigiada pelos militares.²

Como forma de exposição das torturas a fonte principal será a utilização do livro “Brasil: Nunca Mais” que nasceu do movimento de mesmo nome e da luta para preservar a memória brasileira sobre os acontecimentos desse período, buscando impedir que os acontecimentos sejam esquecidos ao longo da história. Este momento que terá como um dos grandes protetores para que aconteça a figura de D. Paulo Evaristo, cardeal da Arquidiocese de São Paulo e que se colocou como uma das vozes na luta contra os caminhos tomado pelos militares a partir de 01 de abril de 1964.

A chegada dos militares ao poder levantou descontentamentos de muitos setores e a fonte aqui apresentada representa uma forma de analisar a história, mas existem muitas outras que podem ajudar a entender esse período.

O texto busca apresentar em seu final um epílogo falando sobre o movimento “Brasil: nunca mais” que foi um movimento que utilizou as fontes de militares contra os próprios militares, ocorreu entre 1979 e 1985, sempre na clandestinidade e acabou agraciando o povo brasileiro com a elaboração, entre outros, do livro de mesmo nome do movimento, um livro que merece ser lido e relido por cada brasileiro que deseja conhecer um pouco mais de sua própria história.

Na atualidade a temática de anistia ainda ocupa espaço em nosso país, na luta para anistiar os torturados e a população que sofreu com as ameaças desse período, não parece justo oferecer anistia a um torturador que participou de práticas tão cruéis contra outro ser humano.

Por fim, que o leitor possa estabelecer uma visão, através deste trabalho, sobre a renúncia de Jânio Quadros, o parlamentarismo no Governo de João Goulart, a derrubada de Jango, o apoio da Igreja aos militares, a discussão Revolução ou Golpe, a posição da

² BARROS, Edgard Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1992 Pp.46.

Igreja contra as torturas dos militares e o movimento “Brasil: Nunca mais” que irá retratar grande parte das práticas de tortura durante esse período.

Espero que o leitor consiga traçar esses caminhos e entender os eixos centrais de discussão, mas principalmente tomar a si a visão de que a tortura nunca mais deve voltar a acontecer, seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

O conhecimento da história se torna uma arma muito poderosa na luta para realizar mudanças em relação ao mundo que se encontra a nossa volta, valorizar o passado, muitas vezes nem tão distante assim, constitui-se em valorizar a nossa própria condição humana e nos entender como agentes que podem transformar. Espero que a leitura possa ser agradável e a idéia central possa ser passada, tortura algo que nunca mais pode retornar ao nosso país.

O texto busca apresentar uma linguagem de fácil entendimento, e com muita objetividade, uma vez que o maior interesse é o de expressar um Brasil que não deve ser conhecido apenas nos meio universitários, mas que possa chegar até a população em geral e cada leitor possa se aprofundar em alguma temática apresentada ou mesmo buscar outras abordagens e fontes.

CAPÍTULO 1

1.1 Prenúncio do Regime Militar

O ano de 1964 representa uma grande marca na história do nosso país e as consequências de tudo que aconteceu no Brasil nessa época ainda se fazem serem sentidas na atualidade, e a história nos fornece muitos elementos para nos ajudar a entender um agora sem deixar de lado o caminho, ou pelo menos, parte de um caminho percorrido em um contexto que encontra-se tão próximo ao nosso. Dessa forma, será necessário recorrer aos acontecimentos que marcaram a história de nosso país durante uma fase entendida como grande Revolução libertadora da ameaça comunista, para uns, e golpe militar, para outros.

Deve-se levar em consideração os problemas enfrentados pelo Governo do Presidente Jânio Quadros, ao não conseguir impor as suas idéias de centralização do poder em prática, pois, Jânio após uma série de medidas impopulares, acabará acreditando que a sua renúncia soaria como um choque na sociedade e, dessa maneira, movimentos iriam se espalhar no país exigindo o seu imediato retorno, deixando-o livre e com maiores poderes para governar o país.

A renúncia de Quadros expressara essa necessidade. Ele julgara a Constituição estreita, inadequada, e tentou traumatizar a nação, com aqueles gestos, a fim de compelir o Congresso a ampliar os poderes do Presidente da República.³

Inicialmente, torna-se inevitável recorrer ao contexto no qual o regime militar poderia ter sido implantado inicialmente, período do Governo de Jânio Quadros, candidato vencedor das eleições para governar o Brasil entre 1961 e 1965. Entretanto, o Governo de Jânio, após perder grande parte do apoio que o fizera vencer as eleições, acabou renunciando à presidência, no dia 25 de agosto de 1961, deixando o cargo vago e a ser entregue, segundo a constituição de 1946, ao seu vice João Goulart, o Jango, fortemente criticado pela cúpula dos militares que chegavam a prenunciar a possibilidade de impedir Jango de assumir a presidência.

³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.65.

O governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Se, em agosto de 1961, o golpe militar pôde ser conjurado, em abril de 1964, no entanto, ele deixaria de se constituir no fantasma – que rondou e perseguiu permanentemente o regime liberal-democrático inaugurado em 1946 – para se tornar numa concreta realidade.⁴

De acordo com a citação, pode-se perceber o clima de instabilidade ao qual o Governo de Goulart seria submetido até a chegada ao poder dos militares no ano de 1964, pois assim que Jânio renunciara, João Goulart encontrava-se em visita à China comunista, e o contexto dificilmente seria mais complicado para ele, pois foi taxado de ‘comunista’ em uma época em que essas idéias representavam uma séria ameaça a ordem na América, visto que, no ano de 1959, havia triunfado na América a Revolução que acabaria se assumindo enquanto socialista em Cuba no ano de 1961, após uma série de conflitos e desentendimentos entre os revolucionários cubanos com os Estados Unidos, principalmente na temática que se refere ao embargo econômico sofrido pela ilha. A ilha de Cuba ficou praticamente isolada do restante da América, sofrendo punições que prejudicaram diretamente a sua sustentabilidade, tal como a expulsão da OEA (Organização dos Estados Americanos), fato que comprometeu as possibilidades econômicas, ente outras, de Cuba.

O restante da América estaria de sobreaviso buscando impedir que a chamada ameaça vermelha viesse a seduzir outros países, e João Goulart, representava, aos militares, essa possível ameaça contra a ordem capitalista até então implantada claramente no Brasil.

A constituição não deixava dúvidas quanto à sucessão de Jânio, deveria assumir o vice-presidente João Goulart. Entretanto a posse ficou em suspenso diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da república sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista.⁵

Apontado como radical pela alta hierarquia das Forças Armadas, o vice-presidente João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50, teve seu nome impugnado pelos três ministros militares em todo o país. A reação mais energética partiu do Rio Grande do Sul, onde o governador Leonel Brizola comandou uma forte pressão, nas ruas, para que fosse assegurada a posse de Goulart. Receosos da guerra civil que se esboçava,

⁴ TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo : Brasiliense, 1982., pp.7.

⁵ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.243.

*os militares novamente recuaram, impondo, no entanto, o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, que retirava poderes do presidente.*⁶

Após a renúncia de Jânio Quadros, as idéias que este possuía de ser aclamado pelo povo e retornar com poderes elevados acabaram não se consolidando na prática, pois os movimentos que existiram tiveram maior impacto na defesa da posse legítima de João Goulart:

*Em várias partes do país, os setores populares e democráticos saíam às ruas para defender, isto sim, a posse de João Goulart, ameaçada por um arbitrário veto militar, plenamente respaldado pela UDN e demais setores conservadores. As manifestações populares, associadas com as de políticos democráticos e de militares nacionalistas, conseguiram impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961.*⁷

Dessa forma, percebe-se que a possibilidade de chegada dos militares ao poder era já real no ano de 1961. Entretanto, com apoio recebido por quem defendia a continuidade democrática, João Goulart acabaria conseguindo a posse da presidência. Porém, os receios sobre o seu Governo e a vitória sobre a tentativa dos militares de alcançarem o poder acabou se configurando na instauração de um parlamentarismo no Brasil como medida de impedimento da manutenção de poderes totais para Jango, mas com a intervenção do Congresso não agindo em aliança com os militares em um primeiro momento.

*O Congresso nacional, expressando o sentimento geral dos setores democráticos e populares, negava-se, no primeiro momento, a transigir com os golpistas. Contudo, os dois grandes partidos conservadores (UDN e PSD) articulavam, desde as primeiras horas da crise, a chamada “solução de compromisso”: a emenda constitucional que instituía o regime parlamentarista no País.*⁸

Limitado pelo parlamentarismo, João Goulart iniciou o seu Governo, mesmo diante de grandes desconfiças por parte de alguns militares e de setores ligado à classe média, uma vez que Jango era visto como um político herdeiro da linhagem populista do governo Vargas e representava ser um político defensor do sindicalismo. Dessa forma, o sistema parlamentar foi implantado no Brasil com a clara intenção de realizar o controle em relação ao governante brasileiro, sobre quem pairava, por parte de

⁶ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. pp.57.

⁷ TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo : Brasiliense, 1982., pp.8.

⁸ TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982., pp.18.

alguns militares, alguma dúvida quanto a linhagem de sistema econômico defendida por ele.

Esse parlamentarismo teria um prazo definido de término, o qual aconteceria somente com 9 meses antes do fim do mandato presidencial e, no dia 23 de janeiro de 1963, a ementa que instituía o parlamentarismo no Brasil fora revogada e o presidente agora teria poderes reais em relação a Carta de 1946, documento que foi elaborado por Getúlio Vargas. Durante o plebiscito com a missão de revogar o parlamentarismo no país, percebe-se um grande interesse pela volta do presidencialismo, mas ainda assim, Goulart irá sofrer oposição em restaurar o poder presidencial, pois os seus poderes resgatados representavam, para grande parte da burguesia brasileira, um retorno crescente da ameaça comunista em nosso país, pois apenas alguns empresários, mais representativos da burguesia comercial e de grupos estrangeiros, continuaram a se articular contra o governo, fomentando movimentos cujo propósito a pretexto de combater o suposto perigo comunista, era estabelecer uma ditadura de direita, *'instalar no Brasil um processo político semelhante ao do macarthismo norte-americano'*.⁹

No âmbito dos movimentos sociais, durante o governo de Jango, ocorreram uma série de avanços nessa ordem, pois o Brasil se modificara muito entre os anos de 1950 e 64, de forma que o crescimento urbano acompanhado da crescente industrialização colocaram novos atores entre esses movimentos, pois o campo não ficara mais tão distante das cidades, o que desenvolveu um entendimento maior, por parte das cidades, em relação as condições de vida a que a população rural era submetida.

Outro movimento que ganhará destaque também será o dos estudantes que, através da UNE (União Nacional dos Estudantes), irão elevar o grau de radicalização das propostas, buscando proximidade e maior participação em relação ao âmbito do jogo político.

Por intermédio desse crescimento dos movimentos no campo, se desenvolverá também nos rumos da Igreja Católica, uma série de grupos que adotarão posições oscilantes que irão desde o ultra conservadorismo até a da aberturas de alas voltadas as idéias de esquerda. Esta última contará com apoio da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXII, a primeira a tratar explicitamente dos problemas existente em países do Terceiro Mundo.

⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.81.

Entre os grandes temores apresentados pelos militares e pela classe média em relação ao Governo Goulart, encontra-se as chamadas reformas de base, o que, segundo Boris Fausto representou a insegurança em relação aos investimentos que seriam feitos no país:

As reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança, à qual as classes dominantes opuseram forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional no combate contra o imperialismo e pela reforma agrária. Nesta ótica, os investidores estrangeiros seriam competidores desleais do capitalismo nacional; por sua vez, a reforma agrária incentivaria a integração da população do campo a economia de mercado, gerando assim uma nova demanda para os produtos industriais. Na realidade, os membros da burguesia nacional preferiram seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo, diante do clima de mobilização social e da incerteza para os investimentos.¹⁰

Percebe-se no contexto apontado neste momento a falta de apoio ao qual o Jango acabará sendo submetido por parte da burguesia brasileira, o que acabará se configurando na insustentabilidade de seu governo através das manifestações realizadas por essa mesma classe durante o Governo Goulart.

Entre os projetos apresentados pelo Governo Goulart e que foram importantes para efetivar o seu isolamento no governo do Brasil, encontra-se a sempre tão discutida questão da reforma agrária, questão essa que representaria um claro fator de descontentamento entre os vários setores de proprietários rurais e até mesmo de parcelas significativas da igreja católica.

Apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, correspondendo, pois de um lado, às necessidades da consolidação do capitalismo industrial e, de outro lado, à estratégia da dominação social burguesa, a Reforma Agrária proposta por Goulart será objeto de intensa e constante oposição por parte dos proprietários rurais e seus setores políticos, de setores da igreja católica, etc.¹¹

Diante dos problemas enfrentados por Jango destaca-se o seu isolamento frente às questões de disputas políticas, pois buscando aproximação entre o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrata), Goulart irá aparecer como

¹⁰ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.246-247.

¹¹ TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo : Brasiliense, 1982., pp.55.

um empecilho a continuidade do capitalismo no Brasil, chegando a ser acusado de comunista e de completa ameaça à ordem social instaurada no país, visto que o PSD iniciava aproximação com a UDN (União Democrática Nacional), nos quais, segundo o escritor Caio Navarro de Toledo, *alarmavam-se com a “agitação social”, a “desordem” e a “comunização crescente do país” promovidas – segundo estes – por Goulart, pelo PTB e pelas “forças subversivas”*.¹²

Após conseguir o restabelecimento do sistema presidencialista no Brasil, em 1964, João Goulart buscou anunciar as reformas de base que pretendia realizar em seu mandato, e para isso, vai se utilizar de comícios com expressiva participação das massas, buscando assim garantir mais força aos seus projetos. Em um primeiro momento consegue realizar um comício no dia 13 de março, na cidade do Rio de Janeiro, e conta com a participação de aproximadamente 150 mil pessoas que foram protegidas pelas tropas do I Exército, em um palanque que contava também com a participação de Leonel Brizola.

Entretanto, a reação exercida contra esse comício iria acabar vindo por parte daqueles que se mostravam a tempos descontentes e desconfiados em relação às políticas que eram desenvolvidas até então pelo Governo Goulart e, dessa forma, sempre o acusavam de estar realizando medidas e práticas que iriam contra os interesses da classe média brasileira, pois foi acusado de estar mais próximo aos trabalhadores, defendendo-os, resultando em um profundo descontentamento dos capitalistas.

*O primeiro ato das reformas de Jango marcou na realidade o começo do fim de seu governo. Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja conservadora. Cerca de 500 mil pessoas desfilarão pelas ruas da cidade a 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base social de apoio.*¹³

A agitação contra Goulart então recrudesceu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos da direita. E, enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o impeachment de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das

¹² TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo : Brasiliense, 1982., pp.58.

¹³ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.254.

*chamadas Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a fim de atizar a fúria anticomunista das classes médias.*¹⁴

Um incidente ocorrido dentro das forças armadas, mas precisamente na marinha, ainda iria desencadear mais um episódio marcante para o final do Governo de João Goulart, pois marinheiros que conseguiram obter algumas reivindicações através da Associação de Marinheiros estariam, segundo afirmado pela alta patente do comando militar, ultrapassando os limites de hierarquia de forma a pressionar o Governo e este agiu com certa complacência em relação aos revoltosos, e acabou atraindo, dessa forma, o descontentamento devido a quebra da hierarquia. Neste contexto, a pressão sobre Jango cresce e a tomada de poder pelos militares entra em marcha com mais força a partir do dia 31 de março. Já no dia 01 de abril, Jango viajou de Brasília para Porto Alegre, buscando evitar um conflito que acabaria levando a derramamento de sangue no país.

O cargo de Presidente da República, após João Goulart deixar Brasília rumando para o Rio Grande do Sul, fora declarado como vago, embora essa ação tenha se realizado de maneira anticonstitucional, uma vez que Jango encontrava-se ainda em solo brasileiro. No entanto, Ranieri Mazzilli, Presidente na época da Câmara dos Deputados, acabou assumindo o cargo de maneira provisória, apesar de que a chegada dos militares estaria apenas sendo articulada e representava uma questão de tempo.

Diante dessa situação instaurada no Brasil e com a queda do Governo Goulart, ainda houve a tentativa de impedir que os militares conseguissem atingir o poder, com a resistência partindo do Governador gaúcho Leonel Brizola, que em meio às variadas dificuldades e extremas agitações existentes naquele momento *“tentou mobilizar tropas e população no Rio Grande do Sul repetindo a façanha de 1961. Mas não teve êxito. Em fins de abril, acabou se exilando no Uruguai, onde Jango já se encontrava”*.¹⁵

Portanto, a tentativa de manter a legalidade do Governo de João Goulart acabou se revelando um verdadeiro fracasso e o Brasil passaria a assistir, a partir daquele momento, dia 01 de abril de 1964, a um governo que marcaria pra sempre a nossa história, tido como revolucionário para uns, golpista para outros, mas que acabou alcançando 21 anos no poder. Este novo regime, implantado pelos militares, ainda hoje desperta muitas análises, discussões e intrigas, pois correntemente surgem novas

¹⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.165.

¹⁵ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.255.

publicações, novos fatos, novas informações são descobertas e sempre despertando novos olhares sobre os acontecimentos. Por isso, este trabalho buscará tentar um entendimento sobre um olhar de como ocorreu a chegada dos militares ao poder e algumas marcas deixadas por esse regime. Iniciando, com um debate muito peculiar desse período, o ano de 1964, através do qual se segue a seguinte indagação sobre o que aconteceu no Brasil: foi um golpe ou uma revolução?

1.2 ‘Revolução’ ou ‘Golpe’ de 1964?

O ano de 1964 pode ser analisado de diversas formas, mas sempre é possível analisar a história através de várias vertentes e nisso reside a beleza do conhecimento e a busca pelo entendimento sobre uma época ou acontecimento específico pautado nas realizações de espaço e tempo.

De maneira alguma seria ou será possível abordar completamente um acontecimento ocorrido em 1964 ou em qualquer outra época da História. Entretanto, duas visões foram selecionadas como forma de buscar retratar o que aquele ano representou na história brasileira. De um lado, existem os defensores da Revolução de 1964 que afirmam ter sido este um momento de grande impacto em nossa história e que nos conduziu a um novo caminho, em busca de prosperidade e um futuro promissor, fugindo do terror da ameaça comunista que buscava destruir a nossa sociedade. Por outro lado, temos a visão na qual o acontecido no Brasil, em 1964, representou um golpe de Estado que fora protagonizado pelos militares e que destruíram a ordem de leis à qual o Brasil Republicano seguia desde 1946, numa ‘quebra’ do sistema democrático e que deixou muito mais problemas do que soluções.

Inicialmente, será analisada a idéia do que seria ‘revolução’ adotada pelo autor Florestan Fernandes, no qual realiza a seguinte afirmação sobre o tema que: *“encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura (coisas que devemos deixar de lado e que os dicionários registram satisfatoriamente)”*¹⁶. Nessa curta análise já se percebe a profundidade que atinge o termo Revolução, acrescentando que *“a palavra se aplica a designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade”*¹⁷, justamente aquilo que os

¹⁶ FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981. Pp. 07

¹⁷ FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981. Pp. 08

defensores do termo mais argumentam. O apontamento de revolução dado por Florestan Fernandes não se refere de forma alguma ao movimento de 1964 no Brasil, pois ele defende como golpe.

Na defesa da Revolução, o autor Adolpho João de Paula Couto afirma que a queda de Jango e a, conseqüente, necessidade dos militares em tomarem o poder se deu pela *“imprudência e irresponsabilidade do Presidente João Goulart, ao prestigiar aberta e desafiadoramente graves manifestações, altamente atentatórias aos princípios da hierarquia e da disciplina, elementos basilares na estrutura das Forças Armadas.”*¹⁸

Como forma de exaltação do movimento vitorioso em 1964, a seguinte afirmação era difundida como a libertação do Brasil, frente a uma ameaça grave que enfrentava em seus próprios domínios.

*Então o povo e as Forças Armadas saíram para as ruas e depuseram o governo. Imediatamente o Congresso, declarou vaga a Presidência, elegeu novo presidente, de acordo com a Constituição. A Revolução, feita pelo povo e por militares que se confundem com o povo, foi fiel à índole popular: ao contrário das revoluções marxistas da América Latina, não houve fuzilamentos, os responsáveis pelo caos foram punidos com a perda dos cargos e de seus direitos políticos, para preservar o País de sua influência prejudicial por algum tempo.*¹⁹

Através da citação apresentada acima, torna-se evidente analisar a preocupação em torno do Governo existente no Brasil e a participação dos militares estaria incumbida da missão de desenvolver exatamente aquilo que a sociedade estava a desejar como sendo a única forma de defesa da democracia existente em nosso país desde 1946, buscando, nesse acontecimento, defender os preceitos constitucionais, *de forma que se respeitou a posse do sucessor legítimo de Jango, no caso o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ranieri Mazzilli.* Além disso, o Congresso também manteve a sua funcionalidade durante grande parte do regime e pouco depois iria aprovar a eleição do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco como primeiro presidente desse ‘processo revolucionário’.

Foi, portanto, a mais legítima das revoluções, pois que visou, sobretudo, à preservação da forma de governo democrático-representativa e da concepção

¹⁸ COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964 a versão e o fato. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999. Pp 133.

¹⁹ COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964 a versão e o fato. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999. Pp 142.

*de vida tradicional do povo brasileiro, legitimamente integrado na civilização cristã e ocidental.*²⁰

O pensamento sobre a existência de uma revolução ou de um golpe desencadeado no ano de 1964 está diretamente relacionado com as classes em luta existentes em nosso país, pois cada uma das classes buscava conseguir atingir os seus objetivos e, nesse cenário, o Governo Goulart encontrava-se em uma espécie de balança da disputa entre os grupos.

Entre os grupos que efetivavam um longo e decisivo apoio em relação à chegada dos militares ao poder aborda-se a presença de *“diversos setores da sociedade brasileira que, através de uma postura ao mesmo tempo modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, internacionalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para a implantação de indústrias de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país. Nele se agregam militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente, à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da igreja católica.”*²¹

Dessa forma, entre os defensores da continuidade do regime democrático e que entenderam a chegada dos militares como golpe destacam-se: *“os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas.”*²²

Analisando a chegada dos militares como sendo um golpe de Estado, mas que buscou atingir um ideal e expressar uma raiz de legalidade, citando-a como Revolução, destaca-se a afirmação de Florestan Fernandes no qual se entende que: *“A palavra revolução tem sido empregada de modo a provocar confusões. Por exemplo, quando se fala de “revolução institucional”, com referência ao golpe de Estado de 1964. É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar*

²⁰ COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964 a versão e o fato. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999. Pp 147.

²¹ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. org. O Brasil Republicano. v.4. O tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003, pp.103-104.

²² Idem, pp.103.

*para impedir a continuidade da revolução democrática (a palavra correta seria contra-revolução: mas quais são os contra-revolucionários que gostam de ver-se na própria pele?)”.*²³

Os militares que representaram a força a derrubar o governo de Jango, estará se articulando em vista da realização de um ideal a implantar um novo regime, mas para isso faltava apenas um convincente motivo, forte o suficiente para transformar a idéia de golpe em Revolução, dessa forma, cita Caio Navarro de Toledo que: *“muitos almirantes, em franca agitação contra o governo, desejavam alimentar um motivo para um golpe de Estado.”*²⁴

Porém, o golpe por si só poderia não ter aceitação muito facilitada, pois ainda existiam militares defensores do sistema legalista, assim como as esquerdas estavam se articulando em torno da manutenção do Governo Jango, tanto se percebe esses acontecimentos que os militares irão lutar, antes, durante e depois da vitória para sempre esconderem a face golpista do regime então instalado no Brasil e que, de alguma forma, contava também com o interesse internacional em sua consumação, visto que *“A trama toda foi urdida de modo a dar um aspecto legal ao golpe de Estado e receber a assistência dos EUA, e dela sem dúvida alguma Lincoln Gordon participou tanto que estava informado de todos os cenários em que os militares agiriam e, no mesmo dia 27 de março, transmitiu para o Departamento de Estado a notícia.”*²⁵

Dentre as análises que dissertam sobre a chegada dos militares ao poder, a idéia sempre difundida por elas é a de impedir a ameaça comunista, tal como acontecera em Cuba, pois o Brasil não poderia ser “vítima” de um movimento que iria deturpar a ordem do país, desrespeitando as instituições existentes, tal como a igreja e a legalidade como um todo, afirmando essas defesas, afirmando o receio de uma nova onda de explosão da ameaça vermelha na América é que o Brasil também passará a ser acompanhado de perto pelos Estados Unidos, pois a luta pela manutenção do capitalismo tornava-se vital a ponto de que o Brasil representaria um forte opositor, caso o comunismo aqui se instala-se, entretanto, a divulgação da ameaça apresenta-se bastante elevada e uma excelente desculpa para certas práticas realizadas no momento em questão.

²³ FERNANDES, Florestan. O que é Revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp. 07

²⁴ TOLEDO, Caio Navarro. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo : Brasiliense, 1982., pp.168.

²⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.170.

Os movimentos sociais representavam a própria ameaça comunista em nosso território, segundo os golpistas, pois a conclamação por derrubar a ordem vigente, instituir um governo de trabalhadores, seria fortemente criticada e levada a um estágio de grande discussão nos meios militares.

O receio de um Brasil, através das organizações de trabalhadores existentes, ser tomado pelos comunistas despertava temor interno e também externo, pois com as medidas tomadas em Goulart, tal como limitação da remessa de lucros, deixaram os capitalistas completamente apreensivos e desejosos de derrubar o Governo:

O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes empresariais pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses dos EUA, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores.”²⁶

Dentre as análises sobre o golpe acontecido em 1964, destaca-se o interesse dos Estados Unidos no fim do Governo de João Goulart, a ponto de estarem apoiando os militares brasileiros a tomarem o poder. Não se poderia declarar a participação efetiva dos militares estadunidenses no momento do golpe, entretanto, é possível afirmar a preocupação com a política brasileira a ponto de levantarem a possibilidade de que Goulart pretendia aplicar um golpe e se efetivar no poder.

Lincoln Gordon estava convencido e informou às autoridades de Washington que Goulart estava definitivamente engajado para obter o poder ditatorial, aceitando a colaboração do PCB e outros revolucionários da esquerda radical, que terminariam por assumir o controle do governo, embora ele preferisse o modelo peronista.”²⁷

Desejosos quanto ao final do Governo de Jango no Brasil, os Estados Unidos, que encontravam nesse governo um exemplo de ameaça comunista na América do Sul, chegariam a organizar um possível fornecimento de equipamentos e logística para o apoio ao golpe, com a organização de uma operação visando a vitória dos militares ou mesmo de conseguir conter uma possível resistência de Goulart.

²⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.177.

²⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.169.

*Documentos do Departamento de Estado norte-americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de participação e de envolvimento dos EUA na conspiração e execução do golpe de abril de 1964.*²⁸

*Naquele mesmo dia, 31 de março, o governo de Washington, a pedido do embaixador Lincoln Gordon, acionou a Operação Brother Sam, que consistia na expedição para o Brasil de uma força-tarefa, composta pelo porta-aviões Forrestal, destróieres de apoio, entre os quais um com mísseis teleguiados, navios carregados de armas e mantimentos, bem como quatro petroleiros (Santa Inez, Chepachet, Hamptom Roads e Nash Bulk), com um total de 136.000 barris de gasolina comum, 272.000 barris de combustível para jato, 87.000 barris de gasolina de avião, 35.000 barris de óleo diesel e 20.000 barris de querosene. A fim de atender às necessidades mais prementes dos insurrectos, sete aviões de caça, oito aviões de transporte C 135, levando 110 toneladas de armas, oito aviões de caça, oito aviões tanques, um avião de comunicações e um posto aéreo de comando estabeleceriam uma ponte aérea, ligando as bases norte-americanas e o Brasil.*²⁹

Esta operação não chegou a ser realizada efetivamente no Brasil, porém demonstra claramente que a possibilidade de golpe alcançava um estágio praticamente inevitável, uma vez que os militares brasileiros contavam fortemente com apoio internacional na derrubada do Governo brasileiro, porém desperta muito a atenção a afirmação de ameaça do sistema brasileiro que foi realizada por Luiz Alberto Moniz Bandeira, no qual ele defende que *“Essa mobilização, certamente, não visava apenas a fornecer apoio logístico aos sublevados, mas também, intervir militarmente no Brasil se necessário.”*³⁰ Além disso,

*a derrubada do governo contou com a participação decisiva das forças armadas, as quais – a partir de meados de abril de 1964 – impuseram ao país uma nova ordem político-institucional com características crescentemente militarizadas. As reformas exigidas pelo capitalismo brasileiro seriam agora implementadas. Repudiando o nacional-reformismo, as classes dominantes, através do Estado burguês militarizado, optariam pela chamada “modernização-conservadora”, excluindo, assim, as classes trabalhadoras e populares da cena política e pondo fim à democracia populista.*³¹

É possível analisar que o golpe militar de 1964 já estava em curso desde a renúncia de Jânio e seria realizado em algum momento, contasse ou não com a adesão

²⁸ TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo:Brasiliense, 1982., pp.108.

²⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.173.

³⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro : Revan, 2001. Pp.173.

³¹ TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo:Brasiliense, 1982., pp.120.

de camadas da população nele, pois os militares estariam já articulados e enxergavam o Governo de João Goulart como sendo uma declarada representação de poder a ser extirpada do nosso país, e para isso os militares passariam por cima dos defensores do regime legalista representado pela figura de Goulart. Decerto, a oposição contra Jango nos momentos que antecedia o golpe não teria condições de provocar o *impeachment* do Presidente. Por este motivo, coube aos militares desprezarem a legalidade do governo brasileiro e impor a sua derrubada.

*João Goulart foi deposto por uma revolta militar. Sua fuga não tinha sido o resultado de ação da elite política civil. Ao contrário, os oponentes de Goulart no Congresso sequer haviam tentado procedimentos de impeachment, pois sabiam não contar com os votos necessários para vencer um tal teste, exatamente como os antigetulistas não tinham votos suficientes em 1954. Embora a maioria dos congressistas nutrisse profundas suspeitas sobre as intenções de Goulart, não se decidiam a embargá-lo segundo os fundamentos previstos na Constituição. Tal relutância nada tinha de estranhável. Como políticos profissionais, receavam o que poderia vir na esteira de um impeachment. Em consequência, não havia um só líder congressista no centro disposto a encabeçar um movimento para impedir o Presidente.*³²

Pode-se entender que com a chegada dos militares ao poder um objetivo sempre esteve muito difundido no que se refere a defesa de nosso país que estava ameaçado e, para isso, seria necessário passar por cima das leis no momento inicial a fim de conseguir obter o fim da ameaça que nos rondava e, nesse sentido, defendia-se práticas de elevada fiscalização contra os inimigos do Brasil, representado em figura de comunistas ou simpatizantes a essa ordem.

*O que a especulação ignorava era o debate mais significativo que crepitava por trás dos bastidores. Os militares extremistas, logo conhecidos como a “linha-dura”, estavam agora ansiosos para ganhar o controle da política. No seu entender, as intervenções militares desde 1945 nada tinham resolvido. Estavam decididos a não repetir o erro de entregar o poder a outro subgrupo da elite política que poderia levar de volta o Brasil ao beco sem saída da “corrupção” e da “subversão”. Não haveria eleição presidencial antes que os “revolucionários” militares pudessem certificar-se de que o poder político se tinha adaptado a seu talante.*³³

Portanto, percebe-se, através da citação acima, a representação da força estabelecida pelos militares na derrubada de Jango, pois, inicialmente, eles tentaram

³² SKIDMORE, Thomas E., Brasil : de Getúlio Vargas a Castelo Branco, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. Pp. 370.

³³ SKIDMORE, Thomas E., Brasil : de Getúlio Vargas a Castelo Branco, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976. Pp. 371 e 372.

impedir a posse de Goulart após a renúncia inesperada de Jânio Quadros, e acabaram impondo um parlamentarismo no Brasil, mas o golpe em 61 se não configurou-se como um fracasso, ao menos foi adiado, pois os militares ainda demonstrariam a sua força e a exerceriam em seu completo descontentamento com o Governo e acabando por realizar a derrubada do governo constitucional, demonstrando que a derrota em 61 aguardaria uma questão de tempo para ser vitoriosa em 64. O Governo Jango, com as pressões já sofridas desde quando assumiu o governo, acabou tendo as suas forças, as suas estratégias e toda a sua sustentabilidade abaladas ao longo do tempo por meio de ações que a classe média fazia contra ele, defendendo como revolução com a derrubada do Governo Goulart, porém, essa mesma classe média acabou assistindo a um golpe que iria sentir não representar um movimento tão revolucionária quando ela acreditava e desejava para si mesma, pois a situação se agravaria e a Lei de Segurança Nacional acabaria por colocar em suspeita qualquer indivíduo crítico dos acontecidos em 1964.

1.3 A Igreja antes e depois do Golpe de 64

Nesta parte do trabalho, busca-se realizar um esboço geral sobre as posições que seriam adotadas por partes dos membros da Igreja durante o percurso que culminará com o golpe militar de 1964 e, principalmente, com a sua continuidade até o ano de 1985, pois em um primeiro momento, os setores conservadores efetivarão um grande apoio aos militares no poder. Porém, com o passar do tempo e das atitudes estabelecidas por esses mesmos militares, os setores progressistas começam a alcançar voz e iniciam um processo de rejeição contra a repressão, acabando por se colocar contra essas práticas que foram realizadas pelos militares, e com destaque especial para as práticas de castigos corporais utilizadas, tais como a tortura.

Inicialmente encontra-se uma grande divergência dentro dos próprios meios católicos, pois teremos a luta pelo fim do Governo Goulart, classificado pelos conservadores, como representante de um sistema que conduzia o Brasil ao caos das ordens comunistas, mas por outro lado teremos os chamados progressistas que desenvolverão uma proximidade com os trabalhadores e também com as idéias marxistas, chegando a fundar alas comunistas nos meios católicos.

Em um momento inicial da participação da Igreja no golpe que derrubou Jango, o historiador Kenneth P. Serbin analisa que:

*"a maioria dos bispos intuitivamente apoiou o golpe como medida anticomunista. Porém, enquanto a polarização levava à violência e os militares aprofundavam o controle sobre o país, a Igreja realizou uma revolução religiosa na qual enfatizava a justiça social e assimilava os esforços de uma nova geração de radicais católicos. A militância cristã e o Estado de segurança nacional colidiram. Nos dez anos seguintes, a Igreja e o Exército se engajaram no pior conflito de sua história."*³⁴

O clima desenvolvido com a ameaça de expansão do comunismo possuía tamanha relevância durante o Governo de João Goulart, a ponto de setores da Igreja Católica, na chamada CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), afirmava a existência real dessa ameaça em nosso país e defendiam que a chegada dos militares ao poder, através da revolução fora vista como sendo uma salvação ao Brasil, chegaram a descrever durante uma declaração divulgada no dia 02 de julho de 1964 abordando as seguintes ponderações:

*O Brasil foi há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Seria, além do mais sagradas, e, de movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes sociais, a proteção divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da Pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo, êxito de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação e gratos somos a quantos socorreram para libertá-la do abismo iminente."*³⁵

No entanto, com a aproximação de setores da Igreja Católica com novas formas de pensamento, filosofias e acompanhamento das mudanças presentes no mundo e refletidas também no Brasil, muitas ramificações em busca de transformações sociais foram criadas ao fim dos anos 50 e nos anos 60, pois ocorrerá a adesão de padres, bispos e trabalhadores que eram leigos, em prol de um desenvolvimento econômico de

³⁴ SERBIN, Kenneth P. Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Pp.86.

³⁵ COUTO, Adolpho João de Paula. Revolução de 1964 a versão e o fato. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999. Pp. 173.

cunho nacionalista, buscando as mudanças necessárias ao nosso país, com a ascensão de grupos esquerdistas no meio da própria Igreja.

No começo dos anos 60 emergia no Brasil uma vigorosa esquerda católica. Os grupos que lideravam o movimento eram as seções de juventude de dentro da Ação Católica Brasileira (ACB), que foram intensamente influenciadas pelo nacionalismo econômico. Orientados por padres, no final dos anos 50, jovens militantes da ACB se juntaram ao movimento operário. Muitos trabalhadores no MEB (Movimento de Educação de Base). Como outros programas de alfabetização da época, o MEB enfatizava a conscientização dos oprimidos. O mais radical dos grupos da ACB era a JOC (Juventude Operária Católica), que estava profundamente envolvida com os pobres e a classe trabalhadora, e a Juventude Universitária Católica (JUC). Elas defendiam o antiimperialismo e o socialismo. Da JUC emergiu a organização pró-revolucionária AP (Ação Popular), que se tornou uma das maiores organizações de esquerda na política brasileira).³⁶

Ainda de acordo com a análise fornecida por Kenneth P. Serbin, “a Igreja é uma instituição multinacional por excelência com embaixadas ao redor do globo. Adaptara sua abordagem de acordo com as circunstâncias históricas, políticas e religiosas de cada país, incluindo a força da oposição, o grau de repressão do Estado, noções de equilíbrio de forças dentro da Igreja.”³⁷ Dessa forma, torna-se possível entender a influência representada por ela ao longo da história, uma vez que ela estaria se adaptando ao contexto e se envolvendo com os diversos problemas enfrentados pela sociedade.

As transformações da Igreja no olhar e envolvimento em relação ao mundo podem ser notadas, entre outros fatores, com o papado de João XXIII, no qual ele realizou a convocação do Vaticano II, como sendo uma das formas utilizadas para a aproximação com outras linhas religiosas e até mesmo no envolvimento maior nas problemáticas da sociedade:

Depois do Vaticano II, a igreja iniciou contatos com outras religiões até mesmo o diálogo com o marxismo, o anátema³⁸ do catolicismo tradicional.³⁹

³⁶ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Pp.99.

³⁷ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. 100.

³⁸ No cristianismo, é a maior e a pior sentença de excomunhão da Igreja, onde o anátemo, além de ser expulso da igreja com todos seus ritos eucarísticos e todas as atividades voltadas ao fiéis, ainda é considerado como amaldiçoado pelo sacerdote.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. 101.

Em plena conjuntura do vaticano II, o golpe proporcionou um teste político decisivo para a Igreja. A polarização política ressaltava dois campos opostos. À direita, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança. À esquerda, estavam os militantes da ACB, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiara as reformas sociais de Goulart. Representantes dos dois lados entraram em confronto quando 33 dos bispos mais importantes se encontraram em uma reunião especial no final de maio de 1964 para escrever uma declaração sobre a Revolução. Os conservadores elogiavam o golpe e condenavam o comunismo, enquanto os progressistas defendiam uma crítica mais dura ao novo governo.⁴⁰

Através de algumas pesquisas realizadas, percebe-se que a Igreja estava sendo apontada no momento do endurecimento do regime como sendo talvez a única instituição com capacidade de realizar uma profunda oposição ao Governo que se instituiu após a queda de Goulart, pois inicialmente a proposta de derrubar o comunismo, personificado em Goulart, atraía os setores conservadores. Entretanto, o andamento do regime trouxe uma face nova ao movimento de 64, pois agora as práticas de repressão, desencadeada como as torturas, variadas formas de perseguições contra comunistas ou mesmo quem fosse inimigo político e toda forma de atrocidades cometidas em defesa da tão aclamada Lei de Segurança Nacional, acabaria elevando a força da oposição de bispos e vários representantes da Igreja, que amparados por essa proximidade com a população, acabaria fazendo uma ponte entre o povo e o Estado, muitas vezes trabalhando na defesa do primeiro, frente à ameaça, desencadeada pelo segundo.

O relatório secreto para Kissinger capturou a essência do dilema dos bispos. Ele observava que a Igreja era a única instituição politicamente viável que restara no Brasil. “A Igreja representa a mais potente força moral no país e a única que poderia efetivamente desafiar – ou apoiar – o governo”, afirmava.⁴¹

A repressão agravou as tensões entre católicos ultraconservadores e os progressistas, mas, no conjunto, levou a Igreja a cerrar fileiras em sua própria defesa e na de outras vítimas do regime. No final dos anos 60, alguns bispos começaram a denunciar a tortura e a violência, bem como as políticas econômicas profundamente desiguais do governo...A Igreja construiu um amplo perfil público e político de “voz dos que não têm voz”, praticamente a única instituição capaz de contestar a ditadura.⁴²

⁴⁰ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. 102.

⁴¹ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Pp.105.

⁴² SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Pp.106.

A partir desses acontecimentos, a Igreja passaria agora a ser entendida como um lugar onde a subversão teria conseguido se instalar e representava agora uma ameaça ao regime instalado. Dessa forma, os órgãos repressivos através de centrais de informações acabaram levantando fichas sobre a situação dos religiosos que representavam alguma espécie de ameaça ao Governo e iriam realizar o monitoramento deles.

Portanto, alguns setores da Igreja Católica passaram a se organizar das mais variadas maneiras para desenvolver a oposição ao regime então estabelecido, de forma a realizar uma série de denúncias quanto às várias práticas desumanas que foram realizadas por esse regime, dessa forma, nos encaminharemos pela resistência ocorrida em São Paulo com representação da figura de D. Paulo Evaristo Arns, através do lançamento do livro “Brasil: Nunca mais”, elaborado com elementos de inquérito desenvolvido por agentes do próprio regime ditatorial, representando a repressão que chegou ao seu nível de maior crueldade através das mais diversas práticas de tortura que foram utilizadas sob o argumento de conseguir informações que pudessem, de alguma forma, salvar a nação das ameaças contra o regime.

Capítulo 2

2.1 Articulando a Repressão

Após o vitorioso movimento do golpe de 1964, os militares teriam agora que organizar o país, visto que a mudança no círculo de poder estava em clara referência aos problemas existentes no Governo Goulart. Porém, após tomar o poder, uma característica se tornou marcante no Governo militar: o fato de não realizarem de imediato o fechamento do Congresso, pois dessa forma estaria escapando de assumir a face autoritária do regime, afirmando a defesa e soberania da democracia em nosso país.

Em um projeto inicial, torna-se inevitável analisar a força que os militares usufruíram ao longo da história brasileira, citando-se na deposição da monarquia brasileira em 1889, seja com o auxílio que fora prestado ao Governo de Getúlio Vargas em 1930, ao menos na fase inicial através do movimento tenentista, os militares estiverem sempre atrelados aos poderes do estado e iriam utilizar essa força usurpando os poderes constitucionais do país e, diferentemente de outras ocasiões no qual a população estava acostumada com as forças armadas auxiliando o Governo e depois se retirando para devolução do poder para as mãos dos civis, esses militares planejavam e executaram o objetivo de se estabelecerem no poder, acabando por implantar um sistema de Governo com duração de 21 anos e com muitas páginas escritas a sangue em nossa história. Por isso, o objetivo aqui é expor o poder desses militares e, principalmente, o que eles acabaram realizando com essas práticas condenáveis aos olhos do mais indiferente ser humano.

Assim, ao analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas faces: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores

*políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade.*⁴³

De certa forma, pode-se entender que os militares ao chegarem ao poder, não representavam de início um grande problema, ao menos para os setores conservadores, pois chegava a ser algo desejado por essas camadas, mas no momento em que os militares impediram a continuidade legalizada pela constituição de 1946 a situação se alterou, deixando um autoritarismo explícito no Governo.

*Como consequência das constantes intervenções das Forças Armadas, criou-se uma cultura militar no Brasil. A idéia, por exemplo, do destino manifesto do militar foi motivado pela formação profissional desenvolvida na instituição de que o soldado compete a missão providencial de salvar a pátria. Assim, a intervenção dos militares na esfera política aparece como uma legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional.*⁴⁴

Os militares na forma de governo decretaram a implantação no Brasil dos Atos Institucionais (Ais), que carregariam a função de representarem mecanismos com capacidade de legitimar o regime implantado através da legalização das ações dos próprios militares, conseguindo realizar a elevação dos seus poderes acima da própria constituição.

Entre os Atos que se tornaram mais conhecidos, iremos destacar apenas os cinco primeiros, buscando e entender como através deles os militares tiveram poder para amarrar o sistema político brasileiro, fornecendo maiores poderes para o presidente do país, nessa análise discutimos os atos e, resumidamente, parte de sua funcionalidade para o governo:

AI-1 que servirá para aumentar o Poder Executivo, reduziu o campo de atuação do congresso, pois permitia a cassação de mandato dos adversários do regime, com as ocorrências freqüentes de prisões e de torturas.

O AI-2 terá como principal característica a eleição indireta para Presidente da República e Vice-Presidente, como também a extinção do multipartidarismo, implantando-se o bipartidarismo, através do partido do governo, ARENA (Aliança

⁴³ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. org. O Brasil Republicano. v.4. O tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003- Pp.16.

⁴⁴ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. org. O Brasil Republicano. v.4. O tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003- Pp.18.

Renovadora Nacional) e oposição do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), sendo que o MDB não poderia fazer críticas ao regime instituído no país, ou seja, era uma oposição consentida.

AI-3, é baixado após a ARENA sofrer algumas derrotas nas eleições, o Governo implanta este ato como forma de tornar a eleição indireta para Governadores e Vice-Governadores, além do fato de que os Prefeitos passaram a ser nomeados pelos Governadores.

AI-4, foi baixado no interesse de realizar a convocação do Congresso Nacional, visando a elaboração e a aprovação de uma nova constituição para o país;

AI-5, tornou-se a representação sublime das ações repressivas dos militares, uma vez que diferentemente dos demais atos, esse não tinha prazo de validade e teria poderes extraordinários entregues ao Presidente, tais como fechar o Congresso Nacional, demitir, remover ou aposentar quaisquer funcionários, cassar mandatos parlamentares, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa, decretar estado de sítio, o julgamento de crimes políticos por tribunais militares, entre outros. Em suma,

[...] o resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência, e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina.⁴⁵

O objetivo em demonstrar esses atos encontra-se na busca por analisar um regime de endurecimento presente no Brasil e o sempre apontado receio contra os inimigos. Porém, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os militares não entendiam mais o inimigo como sendo aquele que atacaria do exterior, mas sim entendiam que o inimigo agora era interno, pois estaria se articulando em meio as organizações comunistas existentes no país e, por isso, a repressão era uma técnica justificada como defesa da Doutrina de Segurança Nacional, esta doutrina acabou sendo utilizada de forma indiscriminada, atingindo a sociedade em várias instâncias, seja na prisão e tortura de alguém inocente ou alguém que apenas parecesse culpado, a utilização das práticas de tortura ultrapassou os limites e, os órgãos de fiscalização do Governo se utilizarão dessa prática condenável atingindo em cheio os direitos da população.

⁴⁵ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. pp.62.

Entretanto, as torturas nunca foram assumidas como práticas efetivas em sua integridade durante o regime.

A concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas, após 1964, voltada para a caça ao “inimigo interno”, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança, outra, foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados. No princípio da década de 70, já se chegava a falar na existência de um verdadeiro Estado dentro do Estado.⁴⁶

Como forma de analisar a força repressiva tida pelos militares, destacam-se os órgãos criados como forma de monitoramento da população brasileira, na busca por impedir as ameaças.

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), com base no escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional. O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmesurado e de suas ações terroristas.⁴⁷

O SNI serviria como um sistema de monitoramento, através do qual o governo militar estabeleceria uma espécie de controle sobre os cidadãos e, segundo o historiador Boris Fausto, a sua função seria a de “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna.”⁴⁸

Todo um aparato seria agora montado como forma de combater o inimigo interno, buscando impedir a possibilidade de que a ameaça comunista se desenvolvesse em nosso país, esta representava ser a grande missão atribuída aos militares e, para isso a repressão acabou sendo aplicada de variadas formas, nos meios de comunicação, e, principalmente, contra os cidadãos, na busca pelos chamados subversivos, continuando a política de guerra contra os comunistas que ameaçariam, segundo os militares, a ordem do nosso país.

A análise de extensão da repressão acaba se organizando com a implantação do AI-5, pois a partir dele é atribuído poderes excepcionais ao presidente, de forma que ele

⁴⁶ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. pp.72.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. Org. O Brasil Republicano. V.4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003- Pp.23.

⁴⁸ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.259.

centralize as decisões, e a partir desse momento a chamada “linha dura” estaria elevando a sua atuação no governo e reforçando a repressão aos opositores.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.⁴⁹

Portanto, os militares se instauraram no poder e organizaram formas de se imporem e legitimarem as suas práticas autoritárias, utilizando para isso dos Atos Institucionais (Ais), e com ele acabaram amarrando a política brasileira a sua própria vontade, impedindo a ação dos opositores, com muitos casos relatados de torturas em busca de prender e punir os acusados de subversão, sejam eles culpados ou inocentes, sejam eles mulheres ou crianças, sejam membros da Igreja ou de qualquer outro órgão. A tortura estava instituída e os meios de comunicação ficaram impossibilitados de expressar o sofrimento da população, tanto que a própria Igreja Católica que mostrou-se favorável no momento do golpe, ao menos no que se refere aos setores conservadores, acabaria através da ala progressista tendo um papel de tentar elevar as vozes dos excluídos, relatando as torturas e em determinados momentos, colocando-se como contestador do regime instituído.

Através de toda a força que seria concedida ao Presidente através de todo um aparato de poder, percebe-se que o poder acabara por ficar completamente centralizado e os militares cuidariam para que esse poder continuasse assim e o Governo estivesse imune as críticas da imprensa, repreendendo qualquer formato de insatisfação frente ao regime implantado.

Um exemplo desta grande centralização de poder autoritário foi o decreto, baixado em 1971, que permitia ao presidente assinar decretos secretos, cujo conteúdo era do exclusivo conhecimento das altas esferas do poder, publicando-se apenas seu número no Diário Oficial.

Nem o presidente e nem os ministros prestavam contas de suas determinações seja ao Legislativo ou a quem quer que fosse. O general Médici, em todo o seu governo, deu uma única entrevista coletiva à imprensa e, mesmo assim, lendo respostas a perguntas que lhe foram previamente entregues. Nenhuma

⁴⁹ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo:EDUSP, 2006. pp.265.

*autoridade respondia às denúncias de prisões, torturas e assassinatos de presos políticos e comuns.*⁵⁰

Através da citação acima, é perceptível como o regime se fechara em si mesmo no momento de averiguação, de luta para manutenção do Governo e nas articulações em busca de reprimir os inimigos do regime, sendo que estavam protegidos de críticas ou qualquer outro ato que fosse considerado ofensivo por meios de comunicações ou a população comum.

Logicamente que a Igreja não seria a única instituição contra o regime, mas fará parte de nossa análise neste trabalho, pois não se busca heróis dentro dos acontecimentos, mas apenas relatar algumas passagens que possuam relevância e deveriam ter destaque maior em nossa história. Por isso, será apresentada de forma resumida a atuação do movimento “Brasil: nunca mais” em uma simbologia de utilização de um conjunto de documentos militares sobre os casos de tortura ocorridos no Brasil durante a época de 1964 até o ano de 1979.

2.2 Endurecimento do Regime Militar e o projeto “Brasil: Nunca Mais”.

A escolha do livro “Brasil: Nunca Mais” se dá pela importância e a forma como o movimento se articulou e acabou por se concretizar, entre outras formas, em um livro. A abordagem realizada sobre a tortura no período militar, se pautou pela utilização das fontes desenvolvidas com os inquéritos do próprio regime militar, acabando por produzir um material contra este mesmo regime, o projeto se realiza de forma clandestina, mas com fontes extremamente confiáveis, dessa forma, não se poderia negar a importância e exatidão de informações.

*A publicação de Brasil: nunca mais pela arquidiocese de São Paulo foi talvez a pílula mais amarga para as Forças Armadas. Publicado quando o Brasil retornava ao governo civil em 1985, esse best-seller documentou os horrores da tortura durante os anos Médici, usando documentos da Justiça Militar xerocados clandestinamente por advogados da Igreja.*⁵¹

⁵⁰ HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo : Ática, 1996. Pp.25.

⁵¹ SERBIN, Kenneth P. Diálogos na Sombra : bispos e militares tortura e justiça social na ditadura. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Pp.11.

Um movimento de revolta/luta contra o regime poderia ser abafado e, posteriormente, esquecido pela imprensa (há tempos amordaçada pelos militares, de forma a colocar qualquer revolta ou manifestação contra o regime, como um sinal de subversão, de ameaça comunista). Porém, os documentos que os militares produziram tinham valor de prova inquestionável dos casos de torturas no Brasil e, percorrendo nessa ótica, o movimento possui essa força de expor com toda a claridade fatos que nos envergonham como brasileiros, mas ao mesmo tempo representam uma constatação de que devemos lutar para que esse Brasil de tortura, sofrimento, extrema repressão que não diferenciou culpados e inocentes nos “julgamentos” realizados pelos torturadores em busca de provas, de verdades que nada teriam a ver com a realidade das pessoas, mas apenas com uma Lei de Segurança Nacional capaz de tornar a vida das pessoas um mar de medo, de preocupação em ser intimado, em ser torturado, enfim, a população tinha medo de ser acusada de subversão, pois as práticas realizadas pelos militares muitas vezes seguiam a linha no qual inicialmente batiam, espancavam, torturavam e somente depois realizam o interrogatório, este momento de medo, insegurança, terror, precisa ser sempre resgatada, pois nos envergonhamos sim das torturas existentes durante o regime militar, mas não se pode fechar os olhos e fingir que isso nunca aconteceu, torna-se necessário a cada momento reforçar a memória de um país que viveu tudo isso a tão pouco tempo, mas que deixa muitos acontecimentos caírem no esquecimento.

O motivo para se escolher esse movimento reflete-se no interesse em lembrar esse Brasil e, principalmente, com posse do conhecimento sobre os relatos da história, afirmar a todos que esse Brasil, de forte repressão, carregado com torturas, perseguições, não pode e não deve voltar nunca. Justamente nesse ponto se assenta todo o objetivo desse projeto que fora desenvolvido.

Desde seus primeiros passos, em agosto de 1979, até sua conclusão, em março de 1985, o Projeto de pesquisa “BRASIL: NUNCA MAIS” não tem outro objetivo que não seja o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente.⁵²

Este projeto representou um árduo trabalho de pesquisa, debruçando-se sobre incontáveis fontes documentais, na busca de expor a face cruel do regime instaurado no

⁵² ARNS, D. Paulo Evaristo, Cardeal de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. pp.26.

Brasil, pois através do livro buscou-se retratar o que acontecera no país durante o regime instalado e que acabou transformando milhares de brasileiros em vítimas do governo. Através desse estudo, a discussão entre Revolução ou Golpe iria continuar na dependência de como se analisa a história e o grupo que se encontraria e como estaria sendo atingido pelo movimento ocorrido em abril de 1964. No entanto, o objetivo maior desse projeto seria escancarar o nosso regime e demonstrando, através de relatos, as diversas práticas de crueldade instaladas com a tortura em busca de encontrar a verdade dos fatos e averiguar a ameaça ao governo.

Foram obtidas, por inúmeros caminhos, cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou 1 milhão de páginas imediatamente microfilmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada, sem riscos, fora do país. Sobre o outro conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório (Projeto "A") de aproximadamente 5.000 páginas, contendo informações impressionantes.

Foi a partir desse projeto "A" que se desenvolveu o livro como uma forma de síntese, contendo uma série de revelações fortes sobre as torturas, com depoimentos, análises sobre a escolha de personagens acusados de serem subversivos e todo um aparato que fora montado na organização da repressão existente em nosso país dessa época.

Uma preocupação foi fundamental durante o projeto "Brasil: Nunca Mais", pois no momento em que se decidiu tentar retratar a crueldade da tortura através dos relatos desenvolvidos pelos próprios meios militares, os testemunhos de quem vivera a situação de submissão e destruição da sua dignidade, acabaria ficando excluído do processo, mas, por outro lado, a grande motivação em se organizar um trabalho tendo em vista o que fora produzido pelo próprio meio militar acabaria tendo uma força muito maior, pois a nível de provas seria inquestionável para os militares afirmarem que a tortura não aconteceu, ou mesmo levantar qualquer argumento de justificativa, uma vez que não existem e jamais poderiam existir motivos plausíveis como forma de se apoiar tal prática que não apenas ignora, mas fere completamente todos os conceitos de Direitos Humanos.

Os órgãos de segurança, sem respeitar os limites da dignidade da pessoa humana, conseguem importantes vitórias na luta contra as organizações de luta política clandestina. Todos os resultados colhidos na pesquisa BNM confirmam as denúncias formuladas no período Médici, por entidades de Direitos Humanos, a respeito de torturas, assassinatos de opositores políticos,

*desaparecimentos, invasões de domicílio, completo desrespeito aos direitos do cidadão e inobservância da própria legislação criada pelo regime. É nesse período que a pesquisa constatou os mais elevados índices de torturas, condenações e mortes.*⁵³

Uma marca de extrema relevância sobre o trabalho desenvolvido no chamado projeto “A” e, conseqüentemente, no livro “Brasil: nunca mais”, faz-se em referência ao período a ser abordado nas pesquisas, em relação às variadas formas de práticas de tortura, concentrados entre os anos de 1964, com a chegada dos militares ao poder, e o ano de 1979, justamente no final do Governo Geisel, período considerado como o início da abertura, e o trabalho se apresenta contemplando todo o período atribuído ao Governo de Emílio Garrastazu Médici, visto como o mais repressor, o mais cruel de todo o regime militar, principalmente pelos poderes que a lei lhe conferia através da utilização soberana do AI-5.

*Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, em 30 de outubro de 1969, ao governo que representará o período mais absoluto de repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina.*⁵⁴

Conforme análise que fora realizada pela historiadora Nadine Habert, “o presidente Médici governava por decretos-leis, apoiando-se quase que exclusivamente no CSN (Conselho de Segurança Nacional), cercado e protegido pelas muralhas do AI-5, da Lei de Segurança Nacional da censura e do pesado aparato repressivo.”⁵⁵

Dentre as criações de controle dentro do governo militar destacam-se alguns órgãos repressivos, tais como a OBAN (Operação Bandeirantes), que contava com a participação de efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Política Estadual, Departamento de Polícia Federal, Polícia Civil, Força Pública, Guarda Civil. Sem dúvida, foi a montagem de uma gigantesco aparato de policiamento que se encontraria ligado a esse órgão. Também foi criado o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), representando a união entre Exército, Marinha e Aeronáutica. Esses órgãos tornaram-se importantes agentes de comunicação e também de tortura durante o regime instalado no país.

⁵³ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. pp.63.

⁵⁴ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. Pp.63.

⁵⁵ HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo : Ática, 1996. Pp.25.

No caso de São Paulo, o DOPS⁵⁶ (mais tarde DEOPS⁵⁷) chegou praticamente a competir com o DOI-CODI na ação repressiva reunindo em torno do delegado Sérgio Paranhos Fleury uma equipe de investigadores que, além de torturar e matar inúmeros opositores, eram simultaneamente integrantes de um bando autodenominado “Esquadrão da Morte”. Esse “Esquadrão”, a pretexto de eliminar criminosos comuns chegou a assassinar centenas de brasileiros, muitos dos quais não registravam qualquer tipo de antecedente criminal.⁵⁸

Durante esse período, ressalta-se ainda toda a força que seria atribuída aos investigadores através de variadas leis que teriam a seu lado, pois “a Doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação e, até mesmo, fora dela”.⁵⁹ Dentre as leis pode-se destacar a Lei de Segurança Nacional (LSN), permitindo um rigor elevado na punição aos opositores e interrogados em inquéritos.

Cabe registrar, por último, que os executores da LSN ficaram colocados numa redoma, longe de qualquer censura ou limites, ainda que genéricos. A autoridade responsável pelos inquéritos tinha um poder ilimitado sobre os investigados, podendo exercer toda a sorte de violências e atos coercitivos.⁶⁰

O governo de Médici aparece cercado de variados acontecimentos que chamam muito a atenção, pois de um lado se divulga o grande crescimento econômico do Brasil, com o chamado “milagre econômico”, uma representação clássica de arrocho salarial sofrido pelos trabalhadores e imposição de um sistema favorável a exportar muito, sem nenhuma preocupação com a situação interna do país. Além disso, se ressaltam as construções de obras faraônicas, tais como a Transamazônica, o período de exposição ideológica de amor a pátria através do lema “Brasil, ame-o ou deixe-o”, um ufanismo que era exposto em meios de comunicações, panfletagens, e todas as formas possíveis de enaltecer o país. Aliado a todos esses fatores, ainda tínhamos a conquista do tri campeonato mundial da seleção brasileira no México, em 1970, o que reforçou lemas como “Ninguém segura esse país”. Toda essa agitação estava proposta nesse enredo para mascarar uma outra face do governo Médici através no qual a repressão chegou a níveis alarmantes na sociedade, entretanto os meios de comunicação estavam obrigados a ressaltar apenas os fatos positivos do Governo.

⁵⁶ Departamento de Ordem Política e Social.

⁵⁷ Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

⁵⁸ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.74.

⁵⁹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.74.

⁶⁰ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.76.

Sinto-me feliz todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho. (Pres. Médici, 22/3/1973)⁶¹

No Recife, ocorreu uma grande divergência da Igreja contra os militares, pois Dom Hélder acabaria levantando a suspeita dos militares devido as suas declarações de cunho progressistas, tais como a denúncia das torturas realizadas por parte do Governo, tanto que o Governo buscou difamar e desacreditar Dom Hélder a ponto de conseguir que ele perdesse a premiação para o prêmio Nobel da Paz e ainda censurou o seu nome nos meios de comunicações em massa, porém Dom Paulo Evaristo Arns, acabará assumindo um papel de destaque nessa luta da qual havia feito parte Dom Hélder, pois em São Paulo, Dom Paulo será representante da defesa dos direitos humanos, atraindo assim a fúria dos militares, a tal ponto dos órgãos de informações estarem formando materiais sobre os opositores de grandes destaques do regime, dessa forma, novamente a tortura terá papel destacado nessa luta.

2.3 Torturas escancaradas: a vergonha do nosso regime militar

Este trabalho, até o presente momento, buscou realizar uma trajetória desde a chegada dos militares ao poder, passando por uma discussão sobre a idéia de Golpe ou Revolução no ano de 1964, analisando o papel da Igreja Católica em meio ao processo de derrubada do Governo Goulart e, posteriormente, com a instauração do Governo militar, caminhando ainda pela criação de Atos com clara função de legitimidade do regime instalado, além da criação de alguns órgãos que teriam função essencial na defesa do nosso país frente à ameaça que sofria com os inimigos internos, ou seja, a luta contra os declarados subversivos em meio a toda essa trajetória chegou ao seu ponto central e este o grande motivo de todo este trabalho, entender e deixar um pouco mais explícito os relatos de torturas produzidos pelos militares, através do livro Brasil: nunca mais.

⁶¹ HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo : Ática, 1996. Pp.27.

A linguagem pode parecer forte, mas tem a intenção de expor uma prática que infelizmente o Brasil presenciou, apresentando-a a quem não teve a chance de conhecer, e mesmo quem já pesquisou precisa carregar a missão de jamais deixar que fatos como esses caíam em um esquecimento repentino.

As torturas foram claras e atingiram milhares de pessoas, foi uma mancha terrível para a história do nosso país, mas precisa ser encarada e tratada com a sua devida importância, espera-se que fatos como os relatados aqui nunca mais se repitam, pois tais cenas jamais deveriam acontecer ou voltar a ocorrer seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo.

*[...] a tortura é o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana. Tradicionalmente se argumentou – tanto os antigos gregos e romanos com relação aos escravos, quanto a Igreja medieval com relação aos assim chamados hereges – que a tortura era um meio de forçar as pessoas a falarem a verdade. A realidade de hoje mostra, porém, que, com os sofisticadíssimos instrumentos de tortura não somente física mas mental também, é possível dobrar o espírito das pessoas e fazê-las admitir tudo quanto for sugerido pelo torturador. A intenção é reduzir as pessoas a máquinas funcionais. A lógica disso é o fenômeno do nosso tempo em que as pessoas desaparecem como se jamais tivessem existido.*⁶²

Iniciando o trabalho com a figura de D. Paulo Evaristo, que afirmará a sua posição frente à Igreja e sendo talvez o único lugar onde se buscasse algumas informações sobre os desaparecidos diante da repressão instalada pelos militares com o golpe de 64. A Igreja, nesse contexto, se colocará com a porta voz daqueles que não tinha vez na sociedade, e ele (D. Paulo) chega a afirmar que: *“Durante os tempos da mais intensa busca dos assim chamados “subversivos”, atendia eu a Cúria Metropolitana, semanalmente, a mais de vinte senão cinquenta pessoas. Todas em busca do paradeiro de seus parentes.”*⁶³

Dentre vários relatos que o livro apresenta, destacam-se alguns que acabam por chamar um pouco mais a atenção por todo o clima envolto nas práticas de tortura que se apresentavam como justificada, pelos meios militares, como busca de informações, mas isso acabara por envolver cruelmente milhares de pessoas inocentes que não possuíam nenhuma informação que interessasse realmente aos torturadores e mesmo quem as possuísse certamente teria dificuldades em se expressar, tamanha a animosidade praticada contra os acusados de subversão. Diante desse fato, relata-se o seguinte

⁶² SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. Pp.17.

⁶³ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.11.

depoimento de um engenheiro no momento em que faria o seu depoimento à comissão Justiça e Paz e relata para D. Paulo Evaristo, através de passagens marcantes de seu sofrimento:

Nada tinha a temer, quando foi preso. Como, no entanto, ouvira que tortura era praticada a quem não confessasse, ao menos, alguma coisa, foi preparando a mente para contar minuciosamente tudo que pudesse, de qualquer forma, ser interpretado como sendo contrário ao regime. Diria até mais do que numa confissão sacramental. Não conseguiu.

Após tomarem seus dados pessoais, fizeram-no assentar-se, de imediato, na cadeira do dragão e, a partir desse momento, conta-me ele: “Tudo se embaralhou. Não sabia mais o que fizera, nem mesmo o que desejava contar ou até ampliar, para ter credibilidade. Confundi nomes, pessoas, datas, pois já não era mais eu quem falava e sim os inquisidores que me dominavam e me possuíam no sentido mais total e absoluto do termo.”⁶⁴

Com esse depoimento, torna-se muito claro que mesmo quem não tivesse motivo algum para temer o regime militar, agora encontrava-se em estágio de apavoramento, pois a prática mais comum usada por eles era a de torturar primeiro e perguntar depois, de forma que induzia as pessoas a falarem exatamente o que eles queriam, e não o que a pessoa tinha de informações reais.

Marcante nesse depoimento também é o fato de que a tortura demonstrada contra esse engenheiro não aparece como exceção, mas infelizmente se coloca como uma regra, de forma que a crueldade e a perseguição às pessoas irão culminar em uma série de desaparecimentos.

O fato da tortura já é marcante por si mesmo, mas o que choca ainda mais nos estudos desses relatos é justamente perceber que essa prática de tortura estaria implícita na formação dos militares, de forma que um conhecimento para formar o soldado básico, estava carregada com o conhecimento das práticas de torturas, como uma disciplina buscando que novos militares entendam como aplicá-las, e para isso serão utilizadas pessoas que foram presas pelo regime e serão colocadas como cobaias dessas práticas tão cruéis, tais como as reveladas a seguir:

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino desses métodos de arrancar

⁶⁴ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.12.

*confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado.*⁶⁵

Na declaração dada na época pelo estudante Maurício Vieira de Paiva, então com 25 anos, percebe-se essa prática como relato sobre as aulas de tortura:

*(...) que o método de torturas foi institucionalizado em nosso País e, que prova deste fato não está na aplicação das torturas pura e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o Interrogado e alguns dos seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE⁶⁶ da GB⁶⁷, foi ministrada para cem (100) militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um ten. HAYTON, daquela U.M.; que, à concomitância da projeção dos “slides” sobre tortura elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a platéia; (...)*⁶⁸

E da mesma forma marcante como a tortura e a instituição dela na formação dos militares, estaria a posição dos torturadores que se colocariam como conhecedores da arte de fazer a dor e arrancar confissões de investigados, chegando aos extremos de acreditar que poderiam exportar esse “conhecimento” para outros países que precisassem conter ameaças em seus territórios.

Em meios a todo esse contexto existe, entre outras coisas, algo que fora completamente pisoteado por essas práticas no regime militar brasileiro, que foi o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que fora assinada pelo próprio Brasil e que regia o seguinte termo: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.⁶⁹ Além de ter sido completamente desrespeitada essa declaração, ainda teríamos a descoberta de que existiram mais de cem formas pela qual eram realizadas as práticas de tortura, desde físicas, passando por psicológicas e mesmo tempo usando vários equipamentos que teriam apenas a função de provocar a dor em troca de informação, mas em muitos caso, possivelmente a grande maioria, tinha-se apenas a simples aplicabilidade da dor e poucas informações reais sobre algo importante.

Uma abordagem sobre os aparelhos de repressão nos levam a um entendimento de como eles estariam agindo acima das leis instituídas, chegando a formar o seu próprio conjunto de regras para lidar com os interrogados.

⁶⁵ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.32.

⁶⁶ Polícia do Exército.

⁶⁷ Guanabara.

⁶⁸ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.31.

⁶⁹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.34.

Os DOI-CODIs, ou órgão semelhantes, agiam impunemente. Tinham a sua própria lei. E não respeitavam as do país, nem mesmo os prazos processuais estabelecidos pela própria legislação de Segurança Nacional. As pessoas eram interrogadas encapuzadas. Seus interrogadores usavam codinomes ou apelidos e não se identificavam aos presos. Dificilmente haverá pessoas que tenham passado por eles sem terem sido torturadas.⁷⁰

Iremos, a partir deste momento, realizar uma pequena abordagem a respeito de algumas das terríveis práticas que seriam utilizadas pelos militares como forma de conseguir informações através dos métodos de tortura que atingiria milhares de brasileiros, sejam eles inocente ou culpados perante a lei militar, a exposição ficará mais claramente detalhada por aqueles que sofreram em própria pele a fúria descomunal dos militares, nesse aspectos destacaremos os relatos sobre algumas formas de torturas, tais como:

O “pau-de-arara”

Segundo o relato de Augusto César Salles Galvão, estudante e com 21 anos na época, seria revelado através de uma carta por ele mesmo escrita sobre esse terrível método. Ele relata que

(...) o pau-de-arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm. do solo. Este método quase nunca é utilizado isoladamente, seus “complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento. (...)⁷¹

O choque elétrico

Este método teria sido relatado pela pessoa de José Milton Ferreira de Almeida, então com 31 anos e engenheiro, através do relato a seguir:

(...) que foi conduzido às dependências do DOI-CODI, onde foi torturado nu, após tomar um banho pendurado no pau-de-arara, onde recebeu choques elétricos, através de um magneto, em seus órgãos genitais e por todo o corpo, (...) foi-lhe amarrado um dos terminais do magneto num

⁷⁰ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.173.

⁷¹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.34.

*dedo de seu pé e no seu pênis, onde recebeu descargas sucessivas, a ponto de cair no chão, (...)*⁷²

A “pimentinha” e dobradores de tensão

A Análise sobre essa prática será representada nas palavras da pessoa de José Milton Ferreira de Almeida, que também passara por esse processo e realizou a seguinte afirmação:

(...) havia uma máquina chamada “pimentinha”, na linguagem dos torturadores, a qual era constituída de uma caixa de madeira; que no seu interior tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais que já descreveu; que essa máquina dava uma voltagem em torno de 100 volts e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes; que detalha essa máquina porque sabe que ela é a base do princípio fundamental: do princípio de geração de eletricidade; que essa máquina era extremamente perigosa porque a corrente elétrica aumentava em função da velocidade que se imprimia ao rotor através de uma manivela; que, em seguida, essa máquina era aplicada com uma velocidade muito rápida a uma parada repentina e com um giro no sentido contrário, criando assim uma força contra eletromotriz que elevava a voltagem dos terminais em seu dobro da voltagem inicial da máquina; (...)

*(...) que existiam duas outras máquinas que são conhecidas, na linguagem técnica da eletrônica, como dobradores de tensão, ou seja, a partir da alimentação de um circuito eletrônico por simples pilhas de rádio se pode conseguir voltagem de 500 ou 1000 volts, mas, com correntes elétricas pequenas, como ocorreu nos cinescópios de televisão, nas bobinas de carro; que essas máquinas possuíam três botões que correspondiam a três seções, fraca, média e forte, que eram acionadas individual ou em grupo, o que, nesta dada hipótese, somavam as voltagens das três seções; (...)*⁷³

O “afogamento”

Este método seria uma prática realizada de forma rotineira e contaria ainda como sendo mais uma continuidade para os outros artifícios já utilizados, tais como os já citados “pau-de-arara”, os choques elétricos e a “pimentinha” (dobradores de tensão) e, segundo fora relatado por Gildásio Westin Cosenza, então com 28 anos e radiotécnico, relatou segundo essa tortura que:

⁷² SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.35.

⁷³ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.35, 36.

(...) O afogamento é um dos “complementos” do pau-de-arara. Um pequeno tubo de borracha é introduzido na boca do torturado e passa a lançar água. (...) ⁷⁴

A “cadeira do dragão”, de São Paulo

Esta prática também nos será apresentada por uma vítima deste mecanismo cruelmente utilizado pelos militares na forma de tortura, novamente o relato de José Milton Ferreira, afirmando que:

(...) sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, além disso, a cadeira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos; (...) ⁷⁵

A “cadeira do dragão”, do Rio

Teremos os relatos dessa prática no Rio de Janeiro e contando com a exposição realizada por José Augusto Dias Pires, 24 anos, jornalista, afirmando sobre a prática:

“(...) o interrogado foi obrigado a se sentar em uma cadeira, tipo barbeiro, à qual foi amarrado com correias revestidas de espumas, além de outras placas de espuma que cobriam seu corpo; que amarraram seus dedos com fios elétricos, dedos dos pés e mãos, iniciando-se, também, então uma série de choques elétricos; que, ao mesmo tempo, outro torturador com um bastão elétrico dava choques entre as pernas e pênis do interrogado;” ⁷⁶

A “geladeira”

O relato sobre esse método nos será fornecido por José Miguel Camolez, 31 anos, engenheiro civil e capitão-tenente, afirmando que fora:

(...) conduzido para uma pequena sala de aproximadamente dois metros por dois metros, sem janelas, com paredes espessas, revestidas de fórmica e com um pequeno visor de vidro escuro em uma das paredes;

⁷⁴ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.36.

⁷⁵ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.36.

⁷⁶ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.37.

*(...) a partir desse instante, somente podia ouvir vozes que surgiam de alto falantes instalados no teto, e que passou a ser xingado por uma sucessão de palavras de baixo calão, gritadas por várias vozes diferentes, simultâneas; que, imediatamente, passou a protestar também em altos brados contra o tratamento inadmissível de que estava sendo vítima e que todos se calaram e as vozes foram substituídas por ruídos eletrônicos tão fortes e tão intensos que não escutou mais a própria voz; (..) que havia instantes que os ruídos eletrônicos eram interrompidos e que as paredes do cubículo eram batidas com muita intensidade durante muito tempo por algo semelhante a martelo ou tamanco e que em outras ocasiões o sistema de ar era desligado e permanecia assim durante muito tempo, tornando a atmosfera penosa, passando então a respirar lentamente; (...)*⁷⁷

Conta-se também com o relato que fora produzido por Gildásio Westin Cosenza no qual define:

*(...) que inúmeras foram as vezes em que foi jogado a um cubículo que denominavam de “geladeira”, que tinha as seguintes características: sua porta era do tipo frigorífico, medindo cerca de 2 metros por um metro e meio; suas paredes eram todas pintadas de preto, possuindo uma abertura gradeada ligada a um sistema de ar frio; que, no teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima; que, ao ser fechada a porta ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de Fábrica; (...)*⁷⁸

Insetos e Animais

Na continuidade da realização da “geladeira”, ainda contava-se com agravantes dessa prática com a utilização de animais, tais como cobras, jacarés e cães, além de baratas que foram colocadas juntas aos acusados dentro da sala, contando com a ameaça aos acusados a própria prática de tortura e de falta de alimentação aqueles que estariam enclausurados. Em suma, pode-se expor a falta de um tratamento minimamente humano para com aqueles que eram acusados de uma série de atos que porventura não cometeram, ou mesmo cometidos, jamais poderiam ter os seus direitos enquanto seres humanos, pisoteado, tal como tiveram.

Produtos químicos

Na continuidade dos processos de tortura, contava-se também com a utilização de produtos, como ácidos, devido à irritabilidade e inchaço que se percebia no rosto, injeções de éter e também a utilização de Pentatotal que fazia a pessoa falar em um

⁷⁷ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.38.

⁷⁸ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.38.

estado de quase dormência. Porém, como a pessoa estava sem condições de reagir, o soro era chamado de soro da verdade.

Lesões físicas

Logicamente que os castigos psicológicos seriam muito utilizados em sua face mais cruel, porém os castigos físicos seriam a grande temática das torturas e isso se mostra na afirmação de Apio Costa Rosa, 28 anos, bancário afirmando:

“(..) que em determinada oportunidade foi-lhe introduzido no ânus pelas autoridades policiais um objeto parecido com um limpador de garrafas; que em outra oportunidade essas mesmas autoridades determinaram que o interrogado permanecesse em pé sobre latas, posição em que vez por outra recebia além de murros, queimaduras de cigarros; que a isto as autoridades davam o nome de Viet Nan; que o interrogado mostrou a este Conselho uma marca a altura do abdômen como tendo sido lesão que fora produzida pelas autoridades policiais (gilete); (...)”⁷⁹

Na declaração obtida na figura de Pedro Coutinho de Almeida, 20 anos, estudante, também será retratado grande parte de seu sofrimento perante as sessões de torturas que irá sofrer, afirmando no momento que o:

“(..) obrigaram o acusado a colocar os testículos espaldados na cadeira; que Miranda e o Escrivão Holanda com a palmatória procuravam acertar os testículos do interrogado; (...) o acusado sofreu o castigo chamado “telefone”, que consiste em tapas dados nos dois ouvidos ao mesmo tempo sem que a pessoa esteja esperando; que, em virtude deste castigo, o acusado passou uma série de dias sem estar ouvindo; que três dias após o acusado ao limpar o ouvido notou que este havia sangrado; (...)”⁸⁰

Outros modos e instrumentos de tortura

Muitos outros métodos seriam utilizados pelos militares nas torturas, passando por enforcamentos, o uso de palmatória, manter a pessoa sem alimentação alguma e recebendo sal em todo o corpo na busca pela mais elevada condutividade que os choques pudessem alcançar. Outras práticas também utilizadas seriam a de amarrar os membros das pessoas e iniciar a prática de esticá-los e espancar o interrogando durante dias, a prática de torturas psicológicas também eram muito utilizadas. Existia a prática do chamado banho Chinês que seria a imersão do interrogando com a boca aberta em

⁷⁹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.40.

⁸⁰ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.40.

tonéis de gasolina cheios de água quente ou óleo e continuando com os espancamentos, fazendo com que as pessoas se encontrem em estados deploráveis ao fim de cada sessão por eles ministradas.

Na declaração apresentada pelo advogado Aldo Silva Arantes, 38 anos, estava relatado que:

“(...) com a aplicação destas descargas elétricas, meu corpo se contraía violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As contrações provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e das feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes com este tipo de torturas, meus algozes resolveram submeter-me ao que chamavam “tortura chinesa”. Deitaram-me nu e encapuzado num colchão, amarraram minhas pernas e braços e prendiam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas dos choques, colocaram pequenas tiras de gases nos meus dedos do pé. Molharam meu corpo com água, por várias vezes, para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucederam até o fim do dia (...) Durante as descargas elétricas, os torturadores faziam galhofa com a minha situação de saúde, afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar a minha epilepsia (...)”⁸¹

Algo que causa certo espanto é de que a tortura, tornou-se uma técnica assumida como fundamental nos interrogatórios realizados pelos militares, de forma que era realizada sem a mínima distinção entre os interrogados, sejam eles homens, mulheres, crianças, com boas ou más condições de saúde, ou mesmo gestantes, nenhuma dessas condições realizava diferença quando à utilização dessa prática que fora usada tanto em caráter físico, quanto no aspecto psicológico, tamanha fora a força psicológica de terror implantada pelo medo de tortura. A pressão psicológica era tão alarmante que não raro mulheres grávidas chegaram a sofrer aborto apenas pela pressão que sofreram, sem mesmo receberem quaisquer castigos físicos, mas o medo de ser torturado de maneira indiscriminada acabaria por tornar milhares de pessoas reféns de poderem estar sendo vigiadas pelos militares. A prática da tortura realizada no Brasil carrega um caráter que levaria a própria destruição moral das pessoas que sofreriam tais práticas, pois no momento da tortura a pessoa praticamente perderia a sua humanidade e seria possuída pela vontade exposta pelos militares através das práticas desumanas realizadas.

Pode-se contar o caso de uso das crianças como sendo instrumentos para tortura dos pais, com o relato estabelecido pela professora Maria Madalena Prata Soares, 26 anos e esposa do estudante José Carlos Novaes da Mata Machado, ao qual fora morto a

⁸¹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.42.

serviço dos órgãos de segurança, a professora ainda iria descrever o fato da seguinte maneira:

“(...) que foi presa no dia 21.10.73, juntamente com seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade; que o motivo da prisão era que a interroganda desse o paradeiro de seu esposo; que, durante 3 dias, em Belo Horizonte, foi pressionada (para dizer) onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu filho seria jogado do 20 andar, e isso durou 3 dias, (...); que na última noite que seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender porque estava preso e pedia para ela, interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria buscá-los; (...) ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos; que o menino está traumatizado, com sentimento de abandono; (...)”⁸²

Em muitos dos casos em que se envolviam parentes e crianças, muitas pessoas seriam torturadas em frente a esse parente e os interrogadores ainda afirmavam que no caso dos filhos, os pais que não assumissem alguma culpa, ou dessem alguma informação acabariam presenciando os filhos sendo torturados em sua frente, pode-se ao menos imaginar o desespero de um pai ou uma mãe ao pensar na possibilidade de ver o filho sofrendo esses castigos, certamente o peso psicológico do ser humano estaria sendo esvaído por essas práticas, pois recorria-se ao que mais pudesse machucar o indivíduo na busca por respostas que muitas vezes ele não tinha como entregar, pois era um inocente no processo do qual estava sendo acusado.

É importante ressaltar a tortura que recairá sobre as mulheres com um ingrediente a mais devido a existir nelas o caráter da sexualidade que se tornou a grande “tara” de muitos torturadores em meio ao processo, com isso muitos relatos de estupro aconteceram em meio ao regime, pois uma vez presas as mulheres estavam a mercê dos torturadores que se aproveitavam da situação e chegavam a um nível de nos provocar repúdio total ao obtermos informações sobre tais acontecimentos.

No relato apresentado pela bancária Inês Etienne Romeu, 29 anos, fica explícito os exemplos de covardia realizados contra as mulheres durante o período repressivo na forma de tortura escancarada, pois ela afirma que:

“(...) a qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-

⁸² SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.43.

me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidade, os mais grosseiros. (...)”⁸³

Caminhando ainda nesta linha de tortura sobre as mulheres, teremos um destaque que chamará a atenção, uma forma de destruir ainda mais a moral de uma pessoa ao realizar a ameaça de privar-lhe do direito a alimentação, expondo-a a situações degradantes durante a prisão, tal como aconteceu no relato da funcionária pública Maria Auxiliadora Lara Barcelos, de 25 anos que narrou, em 1970, a sua humilhação durante o regime militar.

(...) que nesta sala foram tirando aos poucos sua roupa; (...) que um policial, entre calões proferidos por outros policiais, ficou à sua frente, traduzindo atos de relação sexual que manteria com a declarante, ao mesmo tempo em que tocava o seu corpo, tendo esta prática perdurado por duas horas; que o policial profanava os seus seios e, usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná-los; (...) que, na polícia do Exército, os três presos foram colocados numa sala, sem roupas; que, inicialmente, chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda e, em seguida, chamaram Antonio Roberto para repetir esta pratica, (...) o cabo Nilson Pereira insistia para que a declarante o fitasse, sem o que não lhe entregaria a refeição, (...)”⁸⁴

Esta última citação necessita do reforço com um comentário ao qual considero de extrema relevância, pois será que tais relatos de como fora a condição da funcionária pública em questão em algum momento contribuiria para uma possível salvação do Brasil frente à tão temível ameaça comunista? Evidentemente que se pode notar o fato de práticas como essas estarem mais ligadas a uma desumanização dos próprios torturadores no momento da prática repressiva, pois a forma como as coisas aconteceram com mulheres, gestantes e crianças, nos faz repensar as mentes que poderiam estar encabeçando esse processo e essa idéia cruel de torturar afirmando buscar informações, quando na realidade estava sendo exposto o lado cruel do ser humano. Na parte final deste trabalho, pretende-se fazer uma singela observação em relação aos torturadores. Afinal, quem são eles?

As gestantes não escapavam também de sofrerem terríveis torturas, pois a vendedora Helena Mota Quintela, com 28 anos, denunciara no Recife em 1972:

⁸³ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.47.

⁸⁴ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.48.

*(...) que foi ameaçada de ter o seu filho “arrancado à ponta de faca”; (...)*⁸⁵

Ainda se reforça essa tortura com o depoimento que foi exposto pela estudante Regina Maria toscano Farah, de 23 anos e que se encontrava grávida no momento da prisão pelos militares no qual afirmou:

*(...) que molharam o seu corpo, aplicando consequentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; que a declarante se achava operada de físsura anal, que provocou hemorragia; que se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram aborto; (...).*⁸⁶

As passagens de tortura aqui apontadas foram algumas, porém não são as únicas, selecionadas na composição desse trabalho, mas buscou ilustrar o que foi essa tortura no Brasil, de forma que os relatos de quem sofreu com as perseguições e atitudes desumanas realizadas pelo regime, tomasse o ar de credibilidade através de estarem sendo representados pelos próprios documentos dos militares. Dessa forma, a prática chega a realizar um choque em quem lê, porém tem-se a noção de que esse foi um Brasil real, com muitas propagandas, muita afirmação sobre a Defesa de Segurança Nacional, perigo de ameaça comunista, entre várias outras justificativas que o período terá. Nos relatos se percebe que as atitudes de tortura foram muito além de qualquer justificativa, embora a tortura nunca seja passível de ser defendida, mas a forma como ficou implantada no Brasil chega a denunciar um sistema quase “doentio” de controle do poder, uma vez que nos casos citados neste trabalho não existiram muitas possibilidade de se conseguir informações algumas, mas acabaram sendo realizados servindo a diversos interesses que jamais se chocavam com um bem para o país e menos ainda com um bem para a humanidade.

Entende-se que a expansão da tortura a milhares de pessoas, segundo contam nos inquéritos militares, merecem um destaque sobre grupos e pessoas que estariam, de alguma forma, sendo observados pelos torturadores do regime, dessa forma, entre o perfil que seria destinado aos atingidos pela justiça militar temos a presença maciça de muitos jovens, com idade inferior a 25 anos e pertencente, em grande parte, à classe média. Dessa forma, fica explícito que a mesma classe média que apoiou a derrubada do Governo Goulart, acabaria entrando também na alça de mira dos militares.

⁸⁵ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.49.

⁸⁶ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.50.

Um fator de extrema importância e que merece ser aqui relatado, se apresenta com as inúmeras prisões que foram realizadas sem a existência de um inquérito para isso, e assim, os militares acabaram por pisar e ignoraram qualquer direito constitucional que a pessoa poderia ter e, em meio a esse processo, alguns grupos aparecem como alvos preferidos dessas perseguições, como os militantes que porventura estariam participando de partidos proibidos, uma vez que os partidos de inspirações marxistas acabariam sendo duramente reprimidos, mesmo já estando na ilegalidade os grupos de influência marxistas, ainda sofriam com a caça instituída pelos militares a esses grupos. Neste ponto, faz-se precisa a análise sobre o resgate do contexto que envolve o regime no Brasil, pois estamos em meio a uma guerra, nada declarada, nada amistosa, de influências no mundo, mas que apelava para a violência mesmo sem um confronto direto entre os principais protagonistas, ou quem sabe, antagonistas da trama histórica que atende pelo nome de Guerra Fria, a busca por afirmar o Brasil como um país defensor do capitalismo estadunidense, deveria eliminar os focos comunistas em sua região, os partidos acabaram sofrendo com esses ataques e muitos de seus militantes seriam submetidos a intensas torturas na divulgação de informações cruciais, segundo os torturadores, para a ordem do país.

Entre os grupos sociais que também sofreram com as perseguições militares, destacaremos os militares, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos.

Os militares seriam alvo do regime, principalmente aqueles que tinham simpatia ao comunismo e os que defendiam a continuidade do Governo de Jango. Por este motivo, o exército demonstrou não ser um bloco homogêneo nem mesmo com o ideal de golpe, assim como com a prática de tortura. Este trabalho não pretende acusar a instituição do exército como um todo, mas busca expor o que fora feito por parte desse grupo durante o tempo em que estiveram no poder.

Em relação aos sindicalistas, cabe o entendimento de que os militares chegaram a acusar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de estarem querendo, junto ao Governo de João Goulart, transformar o país em uma República sindicalista, ameaçando a ordem instituída e expandindo a ameaça comunista.

Os estudantes sofreram muito, desde o momento do golpe com a União Nacional dos Estudantes (UNE) que, como forma de repressão, fora criminosamente incendiada, pois os estudantes estavam adquirindo representatividade forte no governo e eles seriam acusados sumariamente de serem defensores e divulgadores dos ideais de comunismo no Brasil.

Em meio a ato criminoso de queimar a seda da UNE, temos também a repressão contra estudantes da Faculdade Nacional de Medicina (FNM), no qual a violência empregada contra os estudantes que ocuparam o local recaiu de forma que a mãe de uma das estudantes relata os momentos de terror, declarando que:

A golpes de ariete, correndo histericamente, chegavam os PM (...) quebraram os portões da FNM e feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a Faculdade. (...) Vi sair um rapaz todo ensanguentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército e mais outra desmaiada e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa, rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos, outros, capengando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de 'corram vagabundos, covardes, filhos da...' (...) Atravessei a rua e fiquei olhando. Continuavam a sair moças e rapazes, debaixo de cassetetes e insultos e não pude me conter gritando que parassem com aquela covardia e um dos facínoras me disse: (...) sai daí que não queremos bater também em velhas. (...) Vim a saber depois, pelos pais de uma estudante, que a chacina final foi a pior. Derrubavam moças, rasgavam suas roupas, para apalpar-lhes os seios e outras partes. (...) Que diria meu marido, oficial da FAB, morto em 1941, e seu primo, tenente Cerqueira Leite, morto na Itália?⁸⁷

No que se refere aos políticos, todos aqueles que faziam oposição exaltada ao governo acabariam sendo investigados, presos e acabaram sofrendo com os inquéritos militares que passaram a ter mais poderes que os lançados pelos juízes na normalidade, pois agora o Supremo Tribunal Militar (STM), se sobrepôs ao Supremo Tribunal Federal (STF). Os membros do MDB, tinham que fazer a chamada oposição consentida, ou seja, lutavam pelos mesmo cargos políticos, mas o regime não seria atacado em nenhuma propaganda ou manifestação desses políticos. Marcante nesse sentido é a forma como os militares construíram um sistema político que lhe fosse sempre favorável através do controle sobre os Atos Institucionais.

Os jornalistas estariam, assim como toda a imprensa, amordaçados, pois nenhum tipo de crítica ao regime seria tolerada e o controle sobre as matérias tinha um grau tão intenso que qualquer sinal de subversão iria colocar o jornalista na 'alça de mira' do Governo. Basta analisar as várias manchetes do Governo Médici com a exaltação da economia brasileira, do "milagre econômico", além da exaltação com Brasil país do futebol e muitas outras matérias, devidamente preparadas como controle social.

A abordagem sobre a perseguição realizada aos religiosos acaba por nos fazer retomar nessa instituição a sua importância referente a esse contexto, pois contaremos

⁸⁷ BARROS, Edgard Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1992 Pp.30.

com a presença de religiosos que irão abordar o tema do regime e principalmente relatando a sua face mais cruel, a tortura, ajudando o país, de alguma forma, a se levantar desta realidade tenebrosa e lutar contra essa ditadura.

De acordo com a lei da constituição, grande parte dos interrogatórios realizados no Brasil estariam em desconformidade com o mínimo de garantia aos direitos humanos, como no caso do limite de 4 horas de interrogação que era facilmente extrapolado, assim como o direito a alimentação que a muitos seria negada:

“Os presos eram interrogados durante horas seguidas, sem nenhum descanso, nem alimentação. Desde que chegavam aos órgãos de segurança, eram imediatamente submetidos a longas e constrangedoras sessões de interrogatório. Os processos analisados noticiam a ocorrência de interrogatórios que se prolongaram por dias a fio ininterruptamente.”⁸⁸

A estrutura montada pelos militares na caça aos inimigos da revolução estava completamente pautada em medidas arbitrárias, pois no momento em que se faziam investigações e antes mesmo de se concluir qualquer inquérito com provas de alguma acusação, as pessoas presas já sofriam torturas e ficavam imensos períodos em completa incomunicabilidade até mesmo com seus defensores. Nesse contexto, percebe-se o quanto o regime pisoteou o direito de milhares de brasileiros, pois a tortura não se dava apenas com culpados de algum crime, mas sim no momento de interrogatório, a entrega de pessoas, lugares, ações, grupos, etc., tudo isso demonstrava claramente a ordem de repreender para depois investigar. A brutalidade com que ocorriam as torturas antes de qualquer prova contras os indiciados fazia com que as pessoas sofressem cruelmente nas mãos dos seus interrogadores / torturadores, tal como descrito abaixo:

Indefeso e incomunicável, era obrigado a confessar aquilo que os seus interrogadores queriam, depois de longas sessões de tortura.”⁸⁹

Na continuidade das investigações militares, existia ainda o caráter de que uma acusação deveria passar por todo um processo legal de informações sobre denunciante e o motivo de sentir-se ofendido, entretanto no que se referia a denúncia contra a Lei de Segurança Nacional, percebe-se, através das documentações do projeto “Brasil: Nunca mais” que existia muita imprecisão e falta de informações consistentes para a prisão ou

⁸⁸ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.175.

⁸⁹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.175.

perseguição a alguma pessoa, porém isso não impediu que a pessoa fosse levada a depoimento e ficasse ali mesmo detida, não como forma de prisão legal, pois não se tinha concluído inquéritos e averiguações profundas sobre as denúncias, mas as pessoas acabavam detidas como em um sequestro, sem julgamento, sem uma pena estabelecida e totalmente a mercê das torturas e confissões montadas pelos interrogadores.

Existiam ainda os casos em que a tortura não estava alcançando o resultado almejado pelos interrogadores. Neste caso, eles apresentavam outro preso em estado ainda mais lastimável como forma de obrigar a pessoa a falar ou se aproximar de tal estado deplorável, tal como ficara descrito em uma carta entregue ao juiz-auditor de São Paulo e que fora escrita por Marlene de Souza Soccas, de 35 anos, dentista, em 1972 no qual estabelece o seguinte relato:

(...) Supunham que eu estivesse ligada a Marcos Sattamini Pena de Arruda, geólogo, que há mais de um mês vinha sendo torturado. Levaram-me à sala de torturas e um dos torturadores, Capitão do Exército, avisou: "Prepare-se para ver entrar o Franksteín". Vi aquele cidadão entrar na sala com o passo lento e incerto, apoiando-se numa bengala, uma das pálpebras caídas, a boca contorcida, os músculos do abdômen tremendo constantemente, incapaz de articular bem as palavras. Ele havia ficado hospitalizado entre a vida e a morte, após o violento traumatismo que sofreu nas torturas. Disseram: "Obri-gue-o a falar porque a Gestapo não tem mais paciência e, se um de vocês não falar, nós o mataremos e a morte dele será de sua responsabilidade". Não falamos, não por heroísmo, mas porque nada tínhamos a falar. (...) ⁹⁰

Esses casos se tornavam tão comuns que a intimidação de ver alguém torturado de alguma forma acabava por destruir não apenas o espírito de quem fora torturado, mas tinha o ideal de derrubar completamente a barreira de resistência que uma pessoa pudesse lançar para se defender, defender amigos, ou qualquer outra estratégia de defesa, pois ela acabaria sendo esmagada com tamanho sofrimento que fora visto e a ameaça constante de ser a próxima vítima das torturas, tal como descreve José Milton Ferreira de Almeida, de 32 anos e que fora ouvido em São Paulo, no ano de 1976, com a seguinte declaração:

(...) que, pior do que tudo isso, foi passar dias inteiros, por vários dias, vendo e ouvindo várias pessoas serem torturadas, crucificadas, penduradas nos registros das celas, espancadas nos corredores, gritando numa agonia indescritível; que viu pais e filhos sendo torturados, esposos e esposas serem também torturados e um sendo obrigado a torturar o outro; que viu velhos de quase 70 anos serem praticamente espancados e chegarem ao ponto de

⁹⁰ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.205.

*debilitamento total; que essas coisas que diz agora são uma síntese do que viveu; (...)*⁹¹

Outro acontecimento marcante seria os depoimentos que eram forçados, uma vez que a tentativa de escapar da tortura que sofriam, muitas vítimas aceitavam qualquer acusação e estava em disposição de assinar qualquer confissão contra si mesmo ou quem quer que fosse, na busca por livrar-se de tamanho martírio, tal como ficou afirmado pelo jornalista Nelson Luiz de Moraes Costa, de 22 anos que iria declarar ao Conselho de Justiça no Rio, em 1971, a forma utilizada para o forçarem a assinar a confissão:

*(...) que os depoimentos que constam nos autos foram feitos sob coação física e moral, ocasião em que foi obrigado a assinar diversos papéis brancos e datilografados, sendo que destes desconhecia o seu teor; que em época nenhuma, ou melhor, por um período de 43 dias, não teve acesso a nenhum advogado, pois se encontrava preso incomunicável; que, por ocasião de assinar os citados papéis, se encontrava incapaz, falando palavras desconexas, monologando sem qualquer discernimento (e) devido a esse estado foi levado ao Hospital Souza Aguiar, onde foi medicado. (...)*⁹²

Em outro é possível perceber como se forjavam os depoimentos por meio de pressão psicológica, mas principalmente físicas, conforme relato da professora Izabel Marques Tavares, de 30 anos, que fora ouvida pelo Conselho de Justiça em Juiz de Fora, em 1972, e realizando a seguinte declaração:

*(...) que antes de assinar o depoimento durante o IPM, depoimento do qual não conhecia o teor, passou a interroganda por várias torturas físicas e psicológicas sendo, inclusive, submetida nua a choques elétricos no anus, e beliscões nos seios, e passeios de automóveis com paradas em lugares ermos, onde se ameaçava a sua vida, com ameaças constantes contra seu marido que, por duas vezes, pudera ver no Hospital Militar em estado de coma e, uma vez, sendo torturado numa das salas do DOI; (...)*⁹³

As formas psicológicas de tortura também eram muito utilizadas, como no caso de ameaçar torturar um filho, uma esposa ou marido, em troca de informações e da pura e simples assinatura que comprometesse completamente o interrogado das acusações que recaia sobre ele, fazendo-o confessar algo que não tinha conhecimento algum, mas que somente poderia sonhar com a diminuição desse suplício quando assinasse as

⁹¹ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.206.

⁹² SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.209.

⁹³ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.210.

confissões se culpando de algo, ou culpando alguém de determinado delito, segundo a doutrina dos militares.

Na representação de um caso que fora levado ao extremo de abusar completamente da autoridade que os militares possuíam, segue-se pela declaração de Inês Etienne Romeu, de 29 anos e afirma que enquanto estava submetida ao cárcere lhe ocorreu o seguinte fato:

(...) Nesta fase, reforçaram a minha alimentação, deram-se roupas limpas e, inclusive, um par de óculos – de outra pessoa – pois sou bastante míope e passei quase três meses sem usá-los. Nesta época fui forçada a assinar papéis em branco e escrever declarações ditadas por eles sobre minha situação, desde o momento de minha prisão. Forçaram-se ainda a assinar um “contrato de trabalho” em que me comprometia a colaborar com os órgãos de segurança, em troca de minha liberdade e de dinheiro. Neste contrato constava uma cláusula segundo a qual, se eu não cumprisse o combinado, minha irmã, Lúcia Etienne Romeu, seria presa, pois eu mesma, sua própria irmã, a acusava de estar ligada a grupos subversivos. Até isso foi feito pelos meus carcereiros; eu estava arrasada, doente, reduzida a um verme e obedecia como um autômato. Aproveitando-se disso, fizeram-me acusar minha irmã que nunca se envolveu em atividades políticas, como muito bem sabem os próprios órgãos de segurança, que nunca a molestaram. Obrigaram-se também a gravar um “tape” em que me declaro agente remunerada do Governo e me filmaram contanto notas de dez cruzeiros, quando li o meu “contrato de trabalho”. Declarei nesse “tape” que fui muito bem tratada por meus carcereiros. Filmaram-se de calça e sutiã para mostrar que as marcas de meu corpo eram consequência do atropelamento. Não me recordo de tudo que eu disse, mas afirmo que era tudo falso e mentiroso. As respostas que me obrigaram a dar e as afirmações e gestos que me obrigaram a fazer foram previamente ensaiados. (...) ⁹⁴

Através do relato acima se deixa ainda mais escancarada os horrores da tortura no regime militar, pois a imposição de agir contra a irmã em caso de descumprimento das ordens militares, acabou denunciando a forma cruel de se lidar com as pessoas, mesmo as inocentes estariam sendo completamente visadas como forma de pressão psicológica.

As situações de torturas as quais as vítimas eram expostas as deixavam em estágio de tamanha degradação, que se tornavam quase a sombra do que eram quando chegavam para depor e, dessa forma, a pessoa buscava alternativas para tentar se livrar

⁹⁴ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis : Vozes, 1990 c1985. Pp.213,214.

de todo esse sofrimento, e relatos nesse sentido acabaram sendo apresentados, tal como o do desenhista Jurandir Rios Garçon, de 29 anos, ao recorrer na 2ª Auditoria do Exército de São Paulo, no ano de 1972, no qual declara:

*(...) que o interrogando deseja registrar nesta oportunidade que, quando de sua prisão na OBAN, recebeu maus-tratos, ou seja, tortura, de tal modo (ficou) abalado física e mentalmente que chegou mesmo a tentar o suicídio, cortando os pulsos com garfo de plástico, não logrando seu intento face a lesão insuficiente para a hemorragia desejada e ainda porque foi socorrido em tempo; (...)*⁹⁵

Um relato muito marcante dessa situação está representada na figura de Frei Tito de Alencar Lima, constando dados de quando foi preso e exaustivamente torturado nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, em 1970, e de acordo com seu relatório que seria divulgado internamente e também chegaria até a imprensa internacional contando os seguintes acontecimentos por ele sofrido:

(...) Na cela, eu não conseguia dormir. A dor crescia a cada momento,. Sentia a cabeça dez vezes maior que o corpo. Angustiava-me a possibilidade de os outros religiosos sofrerem o mesmo. Era preciso pôr um fim àquilo. Sentia que não iria aguentar mais o sofrimento prolongado. Só havia uma solução: matar-me.

Na cela cheia de lixo encontrei uma lata vazia. Comecei a amolar sua ponta no cimento. O preso ao lado pressentiu minha decisão e pediu que eu me acalmasse. Havia sofrido mais do que eu (teve os testículos esmagados) e não chegara ao desespero. Mas, no meu caso, tratava-se de impedir que outros viessem a ser torturados e de denunciar à opinião pública e à Igreja o que se passa nos cárceres brasileiros. Só com o sacrifício de minha vida isso seria possível, pensei. (...)

(...) Nos pulsos, eu havia marcado o lugar dos cortes. Continuei amolando a lata. Ao meio-dia, tiraram-me para fazer a barba. Disseram que eu iria para a penitenciária. Raspei mal a barba, voltei à cela. Passou um soldado. Pedi que me emprestasse a gilete para terminar a barba. O português dormia. Tomei a gilete, enfiei-a com força na dobra interna do cotovelo, no braço esquerdo. O corte fundo atingiu a artéria. O jato de sangue manchou o chão da cela. Aproximei-me da privada, apertei o braço para que o sangue jorrasse mais depressa. Mais tarde, recobrei os sentidos num leito do Pronto-Socorro do Hospital das Clínicas. (...)

As torturas sofridas naquela ocasião deixaram em Frei Tito profundas sequelas psíquicas, levando-o a enforçar-se em agosto de 1974, quando se encontrava exilado na França.

Decorrente das torturas sofridas, também se constata relatos no qual pessoas ficavam com a estrutura óssea de seu corpo completamente comprometida, uma vez que

⁹⁵ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.219.

a violência sofrida com a tortura fora de tamanha gravidade que muitas pessoas chegaram a ficar paraplégicas devido aos espancamentos sofridos, tal como se apresenta no relato do estudante Alberto Vinícius Melo do Nascimento, 23 anos, durante uma sessão de tortura na OBAN, em São Paulo, no dia 05 de dezembro, segundo o qual afirmou:

*(...) que, também, encostavam um cabo elétrico nas nádegas do interrogado provocando queimaduras que foram tratadas posteriormente, em Curitiba, por um sargento enfermeiro; que, na referida sala, o interrogado teve fraturado o perônio da perna esquerda, resultando, ainda, um surgimento de água no joelho esquerdo; que, desta fratura existe notícia de um laudo médico no Hospital Geral do Exército, em Curitiba; que o engessamento de sua perna foi feito dez dias após a fratura; que no dia seguinte da fratura, ou seja, seis de dezembro, voltou a ser torturado (...); que no dia 9 de dezembro retornou a Curitiba (...) que, enquanto a perna esquerda do interrogado ainda não estava engessada, recebeu pontapés não com muita violência do Cap. Magela (...).*⁹⁶

Dentro do processo de tortura o aparato montado pelos militares contava ainda com a presença de médicos que tinha algumas funções, tais como de reanimar um preso que estivesse sendo interrogado/torturado e viesse a desmaiar com os maus-tratos, sendo assim, alguns relatos dariam conta de como funcionava a figura do médico em meio a essa prática abominável de tortura, segundo relato feito pelo estudante Ottoni Guimarães Júnior, de 24 anos, no qual afirmou, após ser preso no Rio em 1970, à 1ª Auditoria da Aeronáutica:

*(...) que, dentre os policiais, figura um médico, cuja função era de reanimar os torturados para que o processo de tortura não sofresse solução de continuidade; que durante os dois dias e meio o interrogado permaneceu no pau-de-arara desmaiando várias vezes e, nessas ocasiões, lhe eram aplicadas injeções na veia pelo médico a que já se referiu; que o médico aplicou no interrogado uma injeção que produzia uma contração violenta no intestino, após o que era usado o processo de torniquete; (...)*⁹⁷

As práticas do regime militar ainda chocam e precisam estar sempre escancarados a nossa frente. Não se pode fugir de um passado por mais terrível que tenha sido e deve ser entendido pelo historiador de forma que se observa os ensinamentos desse passado, entender o processo que levaram a tais acontecimentos e, principalmente, lutar com todas as forças na tentativa de impedir que um novo momento como esse possa marcar a nossa já tão manchada história. Este Brasil que um dia existiu

⁹⁶ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.226.

⁹⁷ SÃO PAULO, Arquidiocese de. Petrópolis: Vozes, 1990 c1985. Pp.231.

com pessoas torturadas muitas vezes apenas por diversão dos interrogadores, pois essa é a idéia que muitas práticas passam, a tortura é algo abominável por si mesma, porém as várias formas que aqui foram descritas nos fazem pensar e repensar sobre o país que queremos viver e o país que vivemos hoje, a luta não pode parar, precisamos resgatar o que existe de bom em nossa nação, mas também devemos enxergar com muita vontade e clareza os vários erros de um passado recente, buscando impedir que novas formas de repressão possa se firmar em nosso país.

Todos os relatos que aqui foram apresentados buscavam descrever todo um cenário existente durante o período de um Brasil militarizado, em um apontamento sobre ocorrências de tais práticas de tortura de forma a que nos apresentem alguns questionamentos, sobre como isso pode acontecer em nosso país, o que leva uma pessoa a se colocar no papel de um torturador, como alguém pode ter como missão em seu trabalho realizar pratica tão desumana conta outro ser humano, o nível de degradação da consciência humana passa a se encontrar totalmente despedaçada, uma vez que a humanidade é manipulada e jogada fora em meio à prática contra qualquer tipo de direito humano.

Em meio a toda essa discussão é que ainda se desenvolve uma larga discussão em relação à lei de anistia, uma vez que ela beneficia tanto torturados, quanto torturadores do período, fato esse que ainda choca em se pensar como pode um torturador estar sendo tratado com o mesmo patamar de atendimento que um torturado que teve muitas vezes a sua vida transformada em meio as salas escuras com prisões ainda não esclarecidas perante a sociedade.

EPÍLOGO: O PROJETO BRASIL NUNCA MAIS ONTEM E HOJE.

A idéia de desenvolvimento do projeto começou com Eny Moreira Raimundo que desenvolveu a idéia de cópia dos arquivos e levou até o referendo Jaime Wright que foi um porta voz de apoio na apresentação deste projeto até Dom Paulo Evaristo, após receber essa proposta de pesquisa da documentação elaborada pelos militares, D. Paulo decidiu ajudar o projeto realizando a coordenação e transferindo a sede do projeto do Rio de Janeiro para São Paulo. Entre outras figuras de destaques nesse projeto temos a participação de Luiz Eduardo Greenhalgh, Paulo de Tarso Vannuchi, Luis Carlos Sigmaringa Seixas, entre outros.

A figura do advogado Luis Carlos Sigmaringa Seixas teve a importância atribuída ao fato de passar pelo nome dele a possibilidade de conseguir a documentação dos arquivos militares, em seu nome vários processos foram retirados e copiados dos arquivos e hoje realizam a composição do que conhecemos como projeto Brasil: nunca mais.

Este projeto foi relevante como uma forma de cuidar da memória do nosso país, e também apresentar fatos marcantes em nosso país, o trabalho arduamente realizado e que passou por muitos problemas durante o período militar conseguiu se concretizar produzindo documentações e protegendo-a de ameaças do regime, o projeto que foi realizado de 1979 até 1985 deixou marcas importantes em nossa história.

O projeto Brasil: nunca mais encontra-se em digitalização dos documentos resgatados no projeto “A”, visando a manter vivo na memória do país os tempos de crueldade, os anos de chumbo da ditadura impostas pelos militares a partir do ano de 1964, o microfilme desse material encontra-se ainda no exterior, em Genebra, a época foi entregue ao conselho episcopal de igrejas, protegido de algum incêndio criminoso por alguém interessado em impedir que a história se manifestasse em sua profundidade.

O acervo da documentação utilizado para a constituição do projeto Brasil Nunca mais foi entregue por D. Paulo para o então reitor da Universidade Federal de Campinas, Unicamp. Documentos este que está sendo preservado em nome da luta pelo resgate da memória de um Brasil que muito tem a nos entristecer, entretanto possui a necessidade de estar sempre em pauta de discussões, sendo apresentado em busca do máximo de sua integridade ao povo brasileiro. Esta memória que choca e eleva o nível

de muitas discussões sobre como tudo aconteceu em um Brasil que sempre se coloca como respeitador dos direitos humanos, porém também pisoteou a estes mesmos direitos ao qual julgava ser um grande representante de defesa.

Este projeto teve um dos seus grandes ápices através do lançamento do livro de mesmo nome, no qual é possível se deparar com uma busca incansável para resgatar as injustiças, as torturas e os crimes cometidos durante o ditatorial regime militar brasileiro.

O projeto chegou a contar com até 35 pessoas que tiravam cópias e buscavam organizar material elaborado pelos militares em uma forma de apresentá-los em um momento oportuno buscando resgate ao que aconteceu em meio as várias prisões que tiveram motivações políticas, ou mesmo os casos ditos subversivos. E a tortura espalhada em meio a essa documentação seria utilizada não apenas na produção do livro, mas como forma de buscar expor o povo brasileiro a um Brasil que muitos não imaginavam existir.

O projeto de cinco, quase seis anos do Brasil: nunca mais, conseguiu atingir sete resultados importantes:

O primeiro foi a formação de um acervo de mais de 1 milhão de páginas. Esse material está agora à disposição do público na Universidade de Campinas, no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

O segundo foi a microfilmagem de todo esse acervo. Quinhentos e quarenta e três rolos de microfimes foram doados ao "Latin American Microform Project" (Lamp), em Chicago, que coloca o acervo à disposição de pesquisadores de mais de uma centena de universidades norte-americanas.

O terceiro foi uma espécie de enciclopédia que contém, em seus 12 volumes e 6.891 páginas, as conclusões dos pesquisadores do projeto BNM, com 111 quadros estatísticos. O quadro nº 103, por exemplo, é a lista dos 444 torturadores apontados à Justiça Militar.

O quarto foi o livro "Brasil: Nunca Mais", com 312 páginas, que é, na realidade, um resumo da enciclopédia de 12 volumes.

O quinto foi o livro "Perfil dos Atingidos", também da editora Vozes, que é a descrição mais completa de 47 organizações da esquerda brasileira que atuaram antes e durante a ditadura de 1964/1985.

O sexto foi uma espécie de biblioteca com 10.170 itens da esquerda brasileira, todos eles copiados dos anexos dos processos da Justiça Militar. Essa biblioteca faz parte do acervo do projeto BNM e está também à disposição do público na Unicamp. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, é autor de quatro itens (8629, 8639, 8648 e 9442).

O sétimo resultado direto foi o livro "Torture in Brazil", versão melhorada em inglês do livro "Brasil: Nunca Mais". Esse livro tem uma introdução para o leitor estrangeiro, com mais cinco páginas de notas bibliográficas.⁹⁸

⁹⁸ Artigo produzido por Jaime Wright. "Brasil: Nunca Mais" preserva a história e multiplica instrumentos de luta a favor da Justiça.

O projeto se configurou em uma luta contra o tempo, buscando tentar fazer o máximo possível antes que o governo pudesse, a qualquer momento, suspender o direito de acesso a essa documentação. Muitas vezes a desculpa utilizada para continuar a pesquisa seria devido à lei de anistia, no qual a pessoa civil não tinha idéia sobre a sua real situação, entretanto o trabalho arduamente elaborado continuou até alcançar certo impacto de revelação de torturas dos militares.

A lei de anistia acabou se configurando, através de sua aplicação, em uma das discussões que seriam ainda rebatidas pelo trabalho realizado com o projeto, pois a base das documentações se constituem de um acervo que luta pela anistia de perseguidos políticos e não é a favor de sua extensão a toda a sociedade, tal como a lei definiu com forma de anistiar até mesmo os torturadores desse período, fato discutível e que órgãos como a OAB se articulou para buscar uma revisão dessa lei, buscando punição clara e exemplar a todos que compactuaram com a prática mais degradante de um ser humano, participar da tortura de alguém, como já relatado no texto, fossem mulheres, crianças, homens, a tortura era a única coisa que os tornava semelhante, pois tamanha brutalidade ainda é sinal de luta, em prol do ideal de tortura nunca mais se levanta a bandeira organizada no acervo do projeto que ainda está em fase de digitalização, mas serve com grande fonte material na luta contras várias das injustiças cometidas durante esse período sombrio de nossa história.

A lei de anistia instituída em 1979 enfrentou a luta da Advocacia Geral de União (AGU) para impedir que se espalhe por todos os envolvidos durante o período militar, entretanto, torturados e torturadores estiveram colocados em um mesmo patamar, uma vez que todos seriam anistiados, a AGU organiza arquivos e apresenta sérias provas contra o regime instalado no Brasil entre 1964 e 1985, contando com a utilização de materiais produzidos pelo projeto Brasil: Nunca mais, sendo este uma das bases através da qual se busca uma justiça para com os torturados e punição aos torturadores. A justiça, através do Supremo Tribunal Federal, mantém até o momento a lei de anistia, afirmando que as feridas do Brasil não deveriam ser resgatadas, para que o povo não sentisse vergonha em relação ao próprio país, a idéia seria não criar um choque na sociedade mexendo em coisas tão desagradáveis.

Entretanto, como pode um país seguir o seu caminho se não lidar com o seu passado histórico, não seria possível fingir que nada aconteceu e temos sempre um país que não faz mal a ninguém e seu povo seria sempre cordial e jamais capaz de cometer tamanhas atrocidades, porém, a verdade é que parte do povo brasileiro chegou ao ponto

de torturar um semelhante, cometeu várias formas de crime e isso podemos ter acesso com projetos como esse do Brasil: Nunca mais, um livro recomendado a quem tem preocupação com a sua própria história.

Hoje a atuação existente em relação ao Brasil nunca mais é a sua digitalização no chamado “Centro de Referência Virtual Brasil Nunca Mais”, que apresenta-se no Armazém memória ao Instituto Paulo Freire e que é financiado pela FINEP – Financiadora de estudos e Projeto, um órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia, e que tem a sua frente a pessoa de Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Sendo o Coordenador do Projeto Armazém Memória, buscando permitir aos mais diversos pesquisadores o acesso aos documentos do período em que o projeto foi realizado, podendo aprofundar assim o conhecimento sobre a fase cruel de nosso país.

O site Armazém Memória representa a fase tecnológica de hoje do projeto feito arduamente sem todos os recursos existentes na época e dispõe para os pesquisadores interessados materiais relevantes da época, tais como a cópia do livro e uma série de depoimentos que visam a apresentar pessoas envolvidas no projeto de forma clandestina, embora o nome mais aclamado seja o de D. Paulo, é necessário ter a noção de que nenhum projeto poderia ser feito por apenas uma pessoa, um grupo de extrema importância foi o grande pilar para constituição de um projeto que não foi divulgado, visando não chamar a atenção, mas depois de formatado em livro atingiu rapidamente o primeiro lugar de vendas no país. E se mantém, até os dias atuais como importante fonte de pesquisa do período.

Tendo como base a documentação produzida pelo Brasil nunca mais, surgem grupos que continuam a luta de resgate da memória e contra as atrocidades cometidas, tais como a ONG Tortura Nunca mais que busca sempre elevar a discussão a fim de impedir que uma nova onda de atrocidades, como a tortura, volte a acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar brasileiro ainda carrega muitos pontos a seres discutidos e abordados, e entre eles é possível entender que João Goulart governou o país, sob desconfiança dos militares, e através de medida realizadas por ele, acabou ficando praticamente isolado em meio ao cenário político brasileiro, a oposição cresceu a ponto de tramar a sua derrubada, mas coube aos militares articularem o golpe final.

Embora tenha contado com apoio de camadas conservadoras da Igreja ou mesmo da classe média, uma coisa pode ser entendida, os militares dessa vez tinha uma idéia de papel diferente atribuída a sua instituição, pois anteriormente eles resolviam problemas e voltavam aos quartéis, mas agora eles tramaram se manter no poder, mesmo que Castelo Branco não tivesse tanto interesse em fazer do movimento um golpe a verdade é que ele se transformou nisso, pois atropelou todos os sinais de legalidade do país, massacrando a constituição e pisoteou os direitos humanos.

O golpe renunciado teve seu desfecho em 1964, Jango foge do país e leva com ele a esperança de dias melhores, a oposição é desbaratada, pois é perseguida até ser sufocada, os meios de comunicação foram censurados, o regime se fortalece e através dos Atos Institucionais (Ais), se coloca na legalidade de forma arbitrária.

Em todos os grandes centros urbanos brasileiros ocorreram episódios de extrema humilhação, como invasão de milhares de residências, prisões arbitrárias, insultos, delações em massa (como o que fez o radialista César de Alencar contra 140 colegas da Rádio Nacional), espancamentos e assassinatos "acidentais". As prisões foram tantas, que foi preciso encarcerar uma parte dos capturados em navios-presídios, no Rio de Janeiro e em Santos.⁹⁹

O Brasil agora teria a sua história escrita com um novo tom, muitas vezes com uma nova cor, o vermelho sangue estaria sendo a cor de destaque dentro dos centros de controle, tais como a OBAN, centros que tinha a função teórica de representar um sistema na busca de informações vitais na defesa do país, entretanto, se especializou na prática rotineira de tortura contra os indiciados.

O Governo, principalmente, nos anos de chumbo de Médici, investirá pesado em propagandas que de alguma forma pudesse camuflar os acontecimentos mais recentes do Brasil, pois as atrocidades cometidas eram mascaradas, sob a alegação de suicídio,

⁹⁹ BARROS, Edgard Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1992 Pp.20.

de simples desaparecimento, ou mesmo buscava-se outras formas de manipulação das informações, e umas dessas formas era a propaganda ufanista sobre o Brasil como um país do progresso, que tinha o milagre econômico como destaque, mas não se falava que o trabalhador era explorado ao máximo com um salário baixíssimo e sem condições de reivindicar, pois poderia ser punido por algum órgão de repressão do Estado.

Um outro fato marcante é a conquista do Tri campeonato mundial de futebol do Brasil no México, em 1970, nesse ponto queria estabelecer um paralelo passado e presente, pois na época afirmava-se que o Brasil era uma grande potência pelo fato de ganhar um campeonato mundial de futebol, mas isso não parece muito distante da atualidade, pois os crimes durante a ditadura podem chamar a atenção de poucas parcelas da população, mas em ano de copa do mundo o país ainda pára, como se ver e torcer pela seleção de futebol na copa é sinal real de patriotismo, pois bem, e quanto ao restante dos anos, e quanto a luta por reivindicar melhorias para a sociedade como um todo, bom essas lutas existem, mas não recebem a mesma adesão popular que uma copa do mundo pode proporcionar.

Em meio a tantos acontecimentos, em meio a mancha que existe em nossa história e que deve ser enfrentada, este trabalho busca apenas retratar de maneira geral algo que poderia ter uma importância maior para a sociedade, pois o dia em que o Brasil for mesmo capaz de olhar seu passado e aplicar punições a quem merece, lutar para defender os direitos humanos, irá ganhar muito mais do que uma copa do mundo, vai ganhar a sua própria identidade.

A situação caótica de um Brasil massacrado com torturas, seqüestros, desaparecimentos, cassações, estupros, assassinatos e tantas outras atrocidades cometidas pelo regime militar, foi a mola central de toda a exposição de acontecimentos aqui detalhada, a própria escolha da fonte se apresenta nesse sentido, e a forma de apresentar o tema se fez buscando entregar àqueles que sofreram a tortura o poder de falar aquilo que fora registrado na época.

A atuação dos estudantes merece papel de destaque, pois muitas disciplinas eram consideradas como porta de entrada das idéias subversivas na cabeça dos jovens, entre as disciplinas destacamos a de História, que permite analisar um passado, mas sem esquecer do presente, e traçando uma relação passado e presente, é inegável a necessidade de abordar temas como esse que interessam ou ao menos deveria interessar a muitos brasileiros.

Ao longo do texto percebe-se a preocupação constante em falar da Lei de Segurança Nacional e a defesa do país contra os subversivos, mas essa colocação se dá exatamente por que a época do regime tudo que pudesse gerar algum tipo de contestação da sociedade era atribuído a necessidade de lutar para defender o país de ameaças internas.

Ao longo deste trabalho, foi impossível não se envolver, não se chocar com muitas narrativas e imaginar como se a cena acontece-se em nossa frente, a indignação com os fatos, com as pessoas, com a degradação humana, foram o combustível para continuar esse trabalho e, mesmo sem saber aonde iria parar, ainda valeu a pena cada leitura de documentos que são verdadeiros tesouros de nossa história, obviamente que não são os únicos e não podem remontar a verdade do momento, mas nenhum outro documento poderia remontar uma verdade histórica.

A escolha do tema se apresenta pelo fato de cair no esquecimento do brasileiro uma série de coisas que deveria interessar ainda mais e ele, porém ele parece se esquecer das coisas após um tempo e vive uma vida sem reivindicar, sem lutar e procurando não se envolver em certas discussões:

*Sabidamente, há mais ou menos uns quinze anos, o jornalista Ivan Lessa criou a frase: “de 15 em 15 anos o brasileiro esquece os últimos 15 anos”. Condenados a esquecer, vamos afundando em uma falsa aparência democrática, respirando cada vez mais miséria e sendo desnaturado social, moral e economicamente. Vale, pelo menos, tentar deixar vivo o registro dos anos de ditadura militar e dos desmandos do poder absoluto, com a certeza de que a luta pela democracia é também a luta da memória contra o esquecimento.*¹⁰⁰

O movimento “Brasil: Nunca mais”, busca ainda lutar pelo direito a preservação da memória brasileira, buscando evitar o que aconteceu com documentos do Estado Novo (1937-1945) que foram queimados e nos impedem de conhecer ainda mais fontes sobre a ditadura de Getúlio Vargas, o movimento conseguiu a cópia e a proteção de parte dela, mas atualmente o processo de digitalização visa a fornecer a leitores de todos os lugares o acesso a esses documentos importantíssimos na constituição do nosso Brasil atual.

Espero que o objetivo de exposição do tema, de apontar o clima presente na queda de Goulart e chegada dos militares ao poder, além do eixo central sobre as torturas, tenha sido alcançado, porém muitos temas ainda poder ser melhor

¹⁰⁰ BARROS, Edgard Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 1992 Pp.16.

aprofundados, com uma pesquisa de mais tempo elaborada e com elementos que possam compor ainda mais a nossa história.

O texto se apresentou de maneira simples e objetiva tentando fornecer um panorama geral de algumas situações existente dentro do tema, um Brasil que precisa resgatar a sua memória e lutar contra as atrocidades que o cerca, este é o grande objetivo deste trabalho, se vai ser lido ou não, essa não é a questão, mas apenas que encontra-se material para falar de um país com seus erros, e que deveria olhar pra eles na esperança de nunca mais acontecer nada parecido.

O presente trabalho foi muito gratificante, pois permitiu uma visão ampliada sobre os fatos que marcaram a nossa história e permite pensar e aprender sempre com o passado, o ofício do historiador é exatamente o de buscar entender o seu presente com resquícios do passado e tentar soluções para um futuro melhor do que um passado como esse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, D. Paulo Evaristo. Cardeal de. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis; Vozes, 1990. 312p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Governo João Goulart As lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Brasília, DF: UnB ; Rio de Janeiro: Revan, 2001. 317p.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os Governos Militares**. O Brasil de 1964 a 1985 Os generais e a sociedade a luta pela democracia. São Paulo: Contexto, 1992. 128p.

COSTA, Lucas Aparecido. **A esquerdização do catolicismo no Brasil: uma tentativa de modernidade nas práticas sociais da Igreja para o povo (1961-1964)**. 2006. 261f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

COUTO, Adolpho João de Paula. **Revolução de 1964 a versão e o fato**. Porto Alegre : Gente do Livro, 1999. 325p.

FAUSTO, Boris. **A História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008. 657p.

FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 121p.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida. org. **O Brasil Republicano. v.4. O tempo da ditadura : regime militar e movimentos sociais em fins do século XX..** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. 432p.

FIECHTER, Georges Andre. **O regime modernizador do Brasil, 1964/1972; estudo sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV 1974. 354p.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008. 262p.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo; Companhia das Letras, 2002. 417p.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo; Companhia das Letras, 2002. 507p.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo; Companhia das Letras, 2003. 538p.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo; Companhia das Letras, 2004. 525p.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo : Ática, 1996. 95p.

LATEY, Maurice. **Ditadura: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Novo Tempo, 1970. 321p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo : Brasiliense : CNPq, 1990. 200p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: J.Zahar, 2000. 84p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 512p.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A igreja católica e a questão social**. Texto em cópia – 1997.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FONTES ELETRÔNICAS

<http://www.armazemmemoria.com.br> (visitado entre Dezembro 2010 e Fevereiro 2011)